



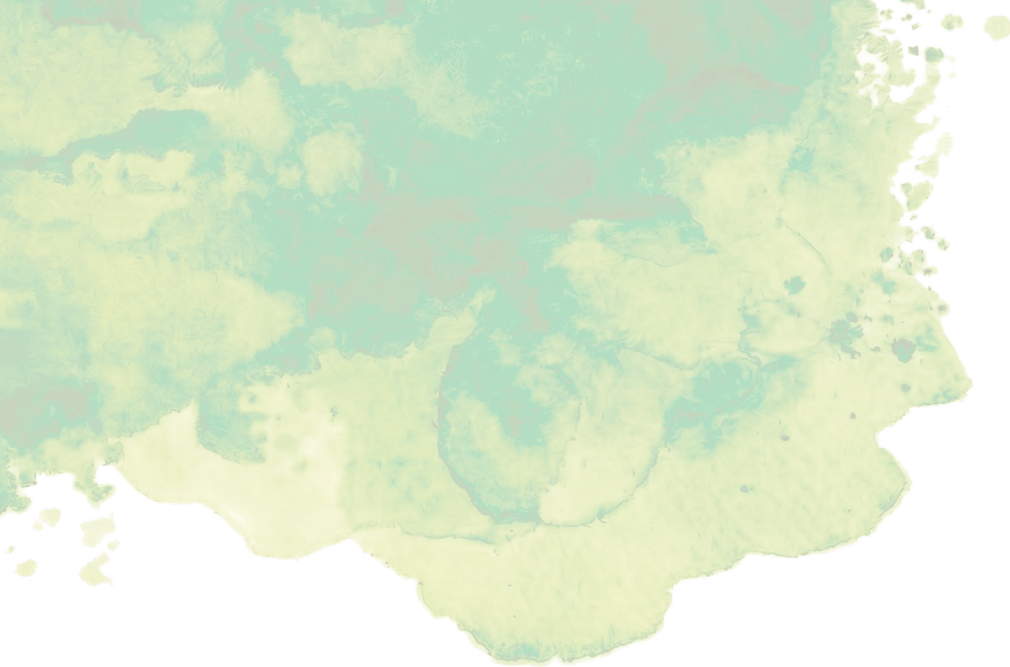
Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



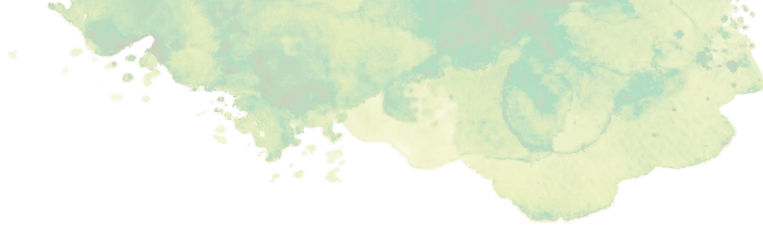


Descrição da capa: Ilustração em aquarela, em formato circular, mostrando cinco pessoas reunidas em torno de uma mesa durante uma refeição. Ao centro, uma criança branca, de cabelos claros, usa abafadores de ruído e leva um alimento à boca. À direita, uma criança negra, de cabelos crespos, também se alimenta. À esquerda, uma mulher adulta parda, de cabelos presos, acompanha o grupo. Em primeiro plano, duas crianças aparecem de costas, participando da refeição.

Sobre a mesa há pratos com alimentos, copos com bebida e dois símbolos gráficos de Comunicação Aumentativa e Alternativa, representando a ação de comer e beber. O fundo é formado por tons aquarelados de verde.

No rodapé, o brasão da Universidade Federal do Ceará e o logotipo do Ministério da Educação, composta pelo nome "Ministério da Educação" e pela bandeira do Brasil à direita.





Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar



GOVERNO FEDERAL

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Leonardo Barchini
Ministro da Educação
**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e
Inclusão (SECADI)**

Zara Figueiredo
**Secretária de Educação Continuada,
Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e
Inclusão (SECADI)**

Francisco Alexandre Dourado Mapurunga
**Diretor de Política de Educação Especial na
Perspectiva Inclusiva**

Marco Antonio Melo Franco
**Coordenador-Geral da Política Pedagógica da
Educação Especial**

Olga Cristina Rocha de Freitas
**Coordenadora-Geral de Estruturação do Sistema
Educativo Inclusivo**

Gisele De Mozzi
Consultora UNESCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida
Reitor

Profª. Diana Cristina Silva de Azevedo
Vice-Reitora

Regina Célia Monteiro de Paula
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª. Heulália Charalo Rafante
Diretora da Faculdade de Educação da UFC

Prof. Alexandre Santiago da Costa
Vice-Diretor da Faculdade de Educação da UFC

Fátima Maria Nobre Lopes
**Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Ceará
(PPGE/UFC)**

CADERNOS PEDAGÓGICOS:

POLÍTICA NACIONAL DE Educação Especial INCLUSIVA

Coordenação Geral

Francisca Geny Lustosa (UFC)
Francisca Sueli Farias Nunes (UFC)

Organização

Francisca Geny Lustosa (UFC)
Francisca Sueli Farias Nunes (UFC)
Maria Simone da Silva (UFC)

Autoria

Clarissa Haas
Carolina Rizzotto Schirmer
Maria Edith Romano Siems

Colaboração técnica

Francisco Alexandre Dourado Mapurunga
Marco Antonio Melo Franco
Gisele De Mozzi

Revisão técnica

Disneylândia Maria Ribeiro
Adriana Maria de Sousa

Revisão de texto

Lilian Kelly Ferreira Teixeira

Audiodescritores roteiristas

Vera Lúcia Santiago Araújo (coordenação)
Klístenes Bastos Braga
Alexandra Frazão Seoane
Sílvia Malena Modesto Monteiro

Audiodescritores consultores

Júlio César Costa Valério
Adenize Queiroz de Farias
Raquel de Farias Alves

Fotografia

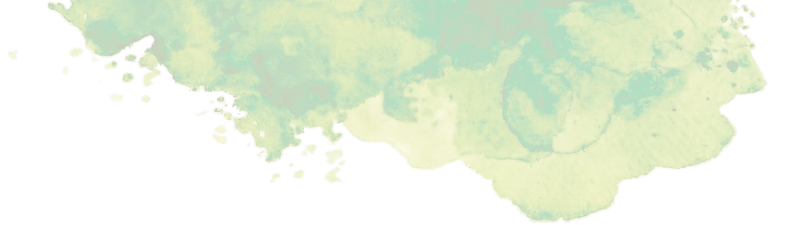
Gutiérrez Reges da Silva

Projeto Gráfico e edição de arte

Francisco Norton Falcão Chaves
Rafael Limaverde Cabral de Lima

Capa e ilustrações

Rafael Limaverde Cabral de Lima



Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar

**Fortaleza, CE
2026**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Secretaria de Comunicação e Marketing
Bibliotecário: Francisco Edvander Pires Santos (CRB-3/1212)

E24

Educação inclusiva e profissional de apoio escolar / Elaboração: Clarissa Haas, Carolina Rizzotto Schirmer e Maria Edith Romano Siems; organização: Francisca Geny Lustosa, Francisca Sueli Farias Nunes e Maria Simone da Silva. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2026.

64 p.: il. color.

(Cadernos Pedagógicos: Política Nacional de Educação Especial Inclusiva; v. 13).

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7485-682-7

1. Educação Especial Inclusiva. 2. Educação Inclusiva. 3. Plano de Atendimento Educacional Especializado. 4. Atendimento Educacional Especializado. 5. Acessibilidade. 6. Profissional de Apoio Escolar. I. Haas, Clarissa. II. Schirmer, Carolina Rizzotto. III. Siems, Maria Edith Romano. IV. Lustosa, Francisca Geny (org.). V. Nunes, Francisca Sueli Farias (org.). VI. Silva, Maria Simone da (org.). VII. Título. VIII. Série.

CDD 371.9



Sumário

1 - Introdução	10
2 - O profissional de apoio escolar como medida de apoio à educação inclusiva	12
3 - Profissional de apoio escolar e sua natureza educativa e colaborativa	20
4 - A articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o profissional de apoio escolar	28
5 - As atividades do profissional de apoio escolar em relação a cada etapa, modalidade e nível de ensino	38
6 - Desafios e horizontes na atuação do profissional de apoio escolar	52
7 - O que vimos até aqui?	58
Referências	60

1. Introdução

Este caderno foi elaborado à luz da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI), instituída pelo Decreto nº 12.686/2025 (Brasil, 2025a), da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 2015) e da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009). Esses marcos normativos orientam as diretrizes políticas atuais da Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil e estabelecem a responsabilidade dos sistemas de ensino em assegurar condições efetivas para a inclusão escolar das crianças e estudantes que são público da Educação Especial em todos os espaços e tempos escolares, em articulação com todos os integrantes da comunidade educativa.

Nesse contexto, compreende-se que as medidas de apoio são elementos estruturantes para garantir o direito à educação como um direito humano fundamental. Tais medidas devem ser entendidas como estratégias pedagógicas, organizacionais e relacionais que integram o cotidiano escolar e se articulam ao Projeto Político-Pedagógico da instituição, por meio de práticas intencionalmente planejadas para a eliminação de barreiras e para a construção de ambientes educacionais acessíveis. Cabe à escola, portanto, organizar seus tempos, espaços, práticas e relações de modo a garantir a participação de todos os educandos, reconhecendo a diversidade como princípio educativo.

É nesse cenário que se insere o profissional de apoio escolar, cuja atuação possui natureza educativa e colaborativa, caracterizando-se como uma medida de apoio à inclusão escolar. Diante disso, o objetivo deste caderno é apoiar a compreensão sobre o papel desse profissional no contexto da educação inclusiva, apresentando suas atribuições, seus limites de atuação e sua inserção nas atividades escolares.

Este material está organizado em sete seções articuladas. Inicialmente, são apresentados os fundamentos normativos e conceituais que situam o profissional de apoio escolar como agente educacional, cuja atuação se configura como uma medida voltada à garantia do acesso, da participação e da permanência dos educandos que são o público da Educação Especial. Em seguida, discute-se a natureza educativa de sua atuação, com destaque para a ética do cuidado, a interdependência e a superação de práticas capacitistas. Na sequência, aborda-se a importância do trabalho colaborativo, com foco na articulação entre o profissional de apoio escolar e os professores, a partir de relatos de experiências que ilustram a sua atuação nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, aproximando a reflexão teórica da prática cotidiana.

Tenham uma ótima leitura!



Descrição da imagem:

Fotografia em formato circular. Em primeiro plano, um menino com síndrome de *Down*, de pele parda e cabelos lisos castanhos, cortados na altura das orelhas, sorri amplamente para a câmera com a cabeça levemente inclinada para a esquerda. Veste camisa cinza e está com os personagens Mickey e Minnie de pelúcia sob cada uma de suas axilas. Parece estar sentado em um cavalo de brinquedo cor-de-rosa, do qual só é possível identificar parte da cabeça, cujas orelhas o menino segura, cada uma com uma mão. Ao fundo, o ambiente aparece desfocado, com paredes claras e detalhes em azul.

2. O profissional de apoio escolar como medida de apoio à educação inclusiva

Nesta seção, temos como propósitos dialogar e refletir com você sobre:

- **Quem é o profissional de apoio escolar e quais são suas atribuições no contexto escolar e nas práticas educativas, tendo como pano de fundo o conjunto de documentos oficiais que servem de referência para o alcance da meta da inclusão plena do público da Educação Especial?**

A política pública de Educação Especial no Brasil, ao assumir um claro direcionamento no sentido da inclusão escolar como direito incondicional e diretriz organizadora, mobiliza os sistemas de ensino a planejar e implementar as **medidas de apoio** necessárias à eliminação das barreiras ao acesso, permanência, participação e aprendizagem das crianças e dos estudantes que são o público da Educação Especial em igualdade de condições em relação aos demais educandos.

Na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, recepcionada como texto constitucional no Brasil, por meio do **Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009** (Brasil, 2009), e posteriormente na **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), de 6 de julho de 2015** (Brasil, 2015), **as medidas de apoio são descritas como medidas efetivas, individualizadas ou coletivas, promovidas no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a sustentar a meta da inclusão plena**. Portanto, a finalidade de qualquer medida de apoio é promover um ambiente escolar favorável ao desenvolvimento acadêmico e social das pessoas com deficiência e de todo o coletivo escolar. Assim, o planejamento e a execução dessas medidas devem ampliar as oportunidades de participação das crianças e dos estudantes com deficiência nos processos de ensino e aprendizagem, em interação com seus professores e colegas. As medidas de apoio, sejam elas individuais ou coletivas, não devem restringir a participação das crianças e dos estudantes com deficiência no contexto escolar, limitando suas oportunidades de aprendizagem e de interação com colegas, professores e demais integrantes da comunidade escolar.

A palavra **"apoio"**, no dicionário da língua portuguesa, pode ser compreendida tanto como substantivo quanto como verbo, remetendo à ideia de sustentar, amparar ou dar suporte a alguém ou a alguma coisa. No contexto educacional, a medida de apoio constitui um elemento estruturante de um projeto educativo

coletivo, cuja organização deve anteceder a identificação de necessidades específicas de apoio. Nessa perspectiva, a escola e a universidade comprometidas com os princípios da educação inclusiva planejam e organizam suas práticas de modo a prever e incorporar as medidas de apoio ao cotidiano institucional. Assim, tais medidas deixam de ser entendidas como respostas excepcionais e passam a integrar as práticas e os ritos escolares, reconhecendo e valorizando a diversidade das formas humanas de aprender, participar e conviver em sociedade.

Nesse aspecto, estamos nos referindo à necessidade de compreender as medidas de apoio, a partir dos direitos à **acessibilidade** e ao **desenho universal** previstos no Decreto Federal nº 6.949/2009 (Brasil, 2009) e na LBI (Brasil, 2015).

A **acessibilidade** é direito, princípio e condição prévia para a eliminação das barreiras ao acesso, participação, permanência e aprendizagem das pessoas com deficiência no sistema escolar e deve ser compreendida à luz da **Constituição Federal Brasileira (1988)** como provimento de "igualdade de condições" para o exercício do direito à educação por esse grupo de sujeitos. Portanto, no âmbito escolar, a acessibilidade não se resume a recursos ou dispositivos tecnológicos e arquitetônicos. Ela precisa ser compreendida como uma atitude ética e constante a ser promovida por meio da mediação pedagógica dos profissionais da educação com o propósito de favorecer o acesso ao conhecimento como um bem comum e a convivência entre todos os participantes da comunidade escolar.

Mediante o conceito de **desenho universal** aplicado ao currículo escolar, as medidas de apoio passam a ser planejadas como estratégias de singularização dos itinerários de aprendizagem a favor de todos os educandos, pressupondo a presença de pessoas com deficiência em todos os espaços e tempos da educação escolar. Isso não dispensa a adoção, quando necessário, das ajudas técnicas e das adaptações razoáveis, desde que a razoabilidade de uma medida seja analisada em função dos sujeitos de direitos, e não apenas das condições institucionais para a sua aplicação.

É nesse contexto que se insere a figura do **profissional de apoio escolar** como uma **medida de apoio de natureza individualizada ou coletiva à inclusão escolar das crianças e estudantes com deficiência na escola, nos institutos federais e na universidade, cuja previsão nos espaços escolares deve considerar a acessibilidade e o desenho universal como obrigações desde o princípio**.

A caracterização desse profissional e de suas atribuições é um processo em construção nas diretrizes nacionais da política pública em consonância com a concepção inclusiva na educação escolar. Em diferentes documentos dessa política, elaborados por diversos atores institucionais da gestão pública, encontramos pistas que, analisadas conjuntamente e interpretadas à luz dos preceitos constitucionais, auxiliam a compreender o perfil do profissional de apoio escolar

como um **profissional da educação**, logo, como um dos agentes que atuam pela inclusão plena do público da Educação Especial.

Em 2008, a publicação da **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)** (Brasil, 2008) representou um marco histórico contundente na movimentação de um conjunto de iniciativas em prol da inclusão escolar no país. Ao tratar da organização das medidas de apoio destinadas às crianças e aos estudantes que são o público da Educação Especial, o documento ampliou o conjunto de profissionais envolvidos nesse processo, mencionando instrutores, tradutores/intérpretes de Libras, guias-intérpretes, além de prever a presença de “monitores ou cuidadores”, responsáveis por oferecer suporte aos educandos que necessitam de auxílio em atividades de higiene, alimentação, locomoção e outras demandas que requerem acompanhamento contínuo no cotidiano escolar.

A partir da orientação da PNEEPEI (Brasil, 2008) e da ampliação progressiva das matrículas das crianças e dos estudantes que são o público da Educação Especial em classes comuns, tornou-se necessária a incorporação de novos agentes educacionais capazes de contribuir para a efetivação dos processos inclusivos no cotidiano escolar. Nesse contexto, os monitores ou cuidadores passaram a ser reconhecidos como profissionais da educação que integram a rede de apoio à inclusão escolar, distinguindo-se de outros profissionais que também atuam para garantir os processos inclusivos no contexto escolar, tais como os professores da Educação Especial, cuja atuação prioritária ocorre por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os tradutores/intérpretes de Libras e os guias-intérpretes.

Em 2009, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2009), por meio da **Resolução CNE/CEB nº 04, de 2 de outubro de 2009** (Brasil, 2009), enfatizando o AEE como um serviço pedagógico especializado que articula a ação transversal da modalidade da Educação Especial no contexto escolar. Em sintonia com a PNEEPEI (Brasil, 2008), essa diretriz contribuiu para a identificação dos diferentes agentes que compõem a rede de apoio da Educação Especial. Embora não tenha conferido uma identidade profissional específica aos profissionais de apoio escolar, a resolução avançou ao reconhecer sua atuação entre os “outros profissionais da educação” que atuam no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção dos educandos que necessitam deste acompanhamento.

Além disso, vinculou a previsão da oferta do AEE e dos profissionais de apoio ao projeto pedagógico da escola de ensino regular, instigando um planejamento institucional coletivo e colaborativo.

Considerando que o Projeto Político-Pedagógico é uma ferramenta da gestão democrática da educação e que deve mobilizar toda a comunidade escolar, podemos depreender que, nos estabelecimentos de ensino que ofertam o AEE, ou que contam com esse serviço por meio de outra escola ou Centro de AEE, deve haver uma articulação entre os profissionais responsáveis por esse atendimento e pelos demais apoios da modalidade da Educação Especial, bem como entre os demais profissionais da educação. Em última instância, deve articular todos os sujeitos que participam da comunidade escolar na elaboração de medidas de apoio efetivas para a construção de ambientes educacionais inclusivos.

Na sequência, a **Nota Técnica SEESP/GAB nº 19, de 8 de setembro de 2010** (Brasil, 2010), emitida pelo Ministério da Educação, orientou sobre os profissionais de apoio para crianças e estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. O documento detalhou que as atribuições desses profissionais envolvem a promoção da acessibilidade à comunicação, bem como o apoio nos cuidados pessoais relacionados à alimentação, à higiene e à locomoção dos educandos. Além disso, esclareceu que esses apoios prestados estão relacionados à sua condição de funcionalidade, e não à condição da deficiência. A referida Nota foi taxativa em estabelecer que não é atribuição do profissional de apoio responsabilizar-se pelo ensino, devendo atuar de forma articulada com os professores do ensino comum, do AEE, bem como com outros profissionais do contexto escolar.

A **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** (Brasil, 2012), instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, sendo regulamentada pelo **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014** (Brasil, 2014). A partir dessa legislação, as pessoas com transtorno do espectro autista passaram a ser reconhecidas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, incluindo a previsão do profissional de apoio escolar como uma medida de apoio, em caso de comprovada necessidade. Em ambas as diretrizes, o profissional de apoio escolar é nomeado como "acompanhante especializado", e suas funções caracterizam-se como vinculadas às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais. Entre a publicação dessa Lei e do Decreto, o Ministério da Educação publicou a **Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013** (Brasil, 2013), que orienta os sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012), e esclarece as atribuições do acompanhante especializado como próprias do profissional de apoio.

Em 2015, a LBI (Brasil, 2015) caracterizou o profissional de apoio escolar como a pessoa responsável por auxiliar a criança e o estudante com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, bem como por atuar nas demais

atividades escolares em que esse apoio se faça necessário. A legislação estabeleceu que essa atuação pode ocorrer em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas, ressalvadas as atividades técnicas ou os procedimentos próprios de profissões legalmente regulamentadas. Também previu a responsabilidade das instituições de ensino, públicas e privadas, em prover a disponibilização do profissional de apoio escolar.

No que consiste à caracterização do profissional de apoio escolar na forma de uma nomenclatura, os documentos oficiais da política nacional de Educação Especial, ao longo das duas décadas iniciais do século XXI, refletem os movimentos continuados de elaboração e reelaboração da política pública em curso nas instituições e respectivos sistemas de ensino no país. Deste modo, trazem uma **variância nas formas de nomeação** dessa medida de apoio ao longo do tempo: monitores, cuidadores, outros profissionais da educação, profissionais de apoio, acompanhantes especializados, culminando com a consolidação da nomeação de **profissional de apoio escolar**, a partir da LBI, em 2015.

Cerca de dez anos após a publicação da LBI, em 2025, foi publicado o **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a PNEEI e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva** (Brasil, 2025a), tendo sido atualizado, em 08 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto nº 12.733/2025 (Brasil, 2025b). Em consonância com a LBI, esse Decreto dedicou uma seção específica ao profissional de apoio escolar, contribuindo para a delimitação e o esclarecimento de suas atribuições. Nesse sentido, definiu que sua atuação compreende atividades relacionadas à locomoção, ao acesso e à participação dos educandos em todos os espaços e atividades pedagógicas; ao apoio nas ações de higiene e alimentação, resguardando o respeito ao corpo, à privacidade, ao tempo e às escolhas dos educandos; à promoção da interação social e da comunicação, reconhecendo as diferentes formas de expressão das crianças e dos estudantes, bem como a pluralidade dos meios e modos de comunicação; e à utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, favorecendo o convívio entre os pares e a livre expressão dos educandos nas atividades e espaços escolares.

Além disso, o referido Decreto reforçou o caráter educacional da previsão do profissional de apoio escolar ao estabelecer que sua indicação não está condicionada à apresentação de laudo médico que ateste a deficiência da criança e do estudante ou de qualquer outro documento emitido por profissional da área da saúde. Logo, a avaliação da necessidade desse profissional passou a ser condicionada à realização do Estudo de Caso do educando como etapa preliminar para a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

Portanto, a partir do Decreto Federal nº 12.686/2025, o tratamento articulado e interdependente às medidas de apoio – AEE e profissional de apoio escolar

– é previsto como política pública, coibindo a fragmentação do trabalho educativo e fomentando a atuação colaborativa entre os agentes escolares.

Em síntese

O breve resgate histórico das diretrizes nacionais da política de Educação Especial, interpretadas à luz do conceito de **medida de apoio** nos permite afirmar que **no contexto da prática educativa**:

- **A natureza da função do profissional de apoio escolar é educativa e colaborativa**, ou seja, ele é um agente da educação que trabalha permanentemente de modo articulado com os professores do ensino comum e do AEE, bem como com os demais profissionais e sujeitos que compõem o cotidiano escolar;

- **A previsão da atuação do profissional de apoio escolar na perspectiva da acessibilidade e do desenho universal** demanda o comprometimento coletivo da comunidade escolar. Isso implica sua previsão institucional no âmbito do Projeto Político-Pedagógico, bem como a construção de ações articuladas no cotidiano escolar. Em um exemplo prático, a ausência eventual do profissional de apoio escolar não inviabiliza a presença da criança e do estudante com deficiência na instituição de ensino, pois todos os profissionais da educação devem ser comprometidos com a ética da acessibilidade;

- As **atribuições do profissional de apoio escolar** estão associadas às atividades de cuidados educativos (higiene, locomoção, alimentação) e de suporte à acessibilidade comunicacional e à interação social das pessoas com deficiência nos espaços escolares;

- A referência da LBI e do Decreto nº 12.686/25 à atuação do profissional de apoio escolar em **todas as atividades escolares que se fizerem necessárias** pode ser interpretada como uma constatação explícita da natureza complexa da ação educativa, a qual é impossível de ser resumida a uma lista de procedimentos. Assim, a atuação desse profissional nas atividades previstas em lei – acessibilidade aos cuidados pessoais, à comunicação e à interação social – demandará a sua participação e envolvimento em outras atividades escolares decorrentes da execução das suas atribuições, em permanente articulação com a equipe pedagógica. São exemplos práticos: a participação em Estudos de Caso para acompanhamento e avaliação contínua da necessidade do apoio; a participação em ações de formação em serviço para o aprimoramento de suas atribuições; e a mediação do uso adequado e funcional dos dispositivos ou recursos de acessibilidade que se fizerem necessários, tais como Tecnologia Assistiva (TA), Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) etc;

- **Atividades Escolares** é o conceito que abrange tudo o que acontece na escola com foco na criança ou no estudante e no seu acompanhamento. O apoio acontece dentro desse contexto;

- **Atividade docente** é a competência exclusiva do professor do ensino comum e do AEE e não pode ser exercida pelo profissional de apoio escolar.



Descrição da imagem:

Fotografia em formato circular, em perspectiva lateral. Em primeiro plano, um menino de pele parda e cabelos curtos, sentado em uma cadeira de rodas. Veste camiseta branca sem mangas com detalhes verdes e segura uma almofada vermelha com bolinhas pretas, semelhante a uma joaninha. Seu olhar está direcionado para a frente. Logo atrás um jovem de pele parda, com cabelos escuros presos em um rabo de cavalo e barba, parece empurrar a cadeira. Ao fundo, em um ambiente escolar, um painel roxo decorado com letras coloridas e a inscrição parcial "Festival do Açaí", além de figuras de cachos de açaí. Também ao fundo há uma criança, que aparece parcialmente.



PARA SABER MAIS

Quadro-síntese dos Documentos oficiais da Política Pública citados na seção 2, em ordem cronológica

1988 - Constituição Federativa Brasileira

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm



2009 - Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm?c=atila



2009 - Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009

https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2009/rceb004_09.pdf

2010 - Nota Técnica SEESP/GAB nº 19, de 8 de setembro de 2010



2012 - Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm?sck=direto

2013 - Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/ DPEE, de 21 de março de 2013



2014 - Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm



2015 - Lei Brasileira de Inclusão, de 6 de julho de 2015

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm



2025 - Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12686.htm

3. Profissional de apoio escolar e sua natureza educativa e colaborativa

Nesta seção, avançamos na compreensão da identidade educativa do profissional de apoio escolar associada às atribuições que desempenha nas instituições de ensino. Portanto, queremos dialogar e refletir com você sobre:

- **Como o profissional de apoio escolar torna-se um agente da educação comprometido com a ética do cuidado no cotidiano escolar?**
- **O que caracteriza a atuação do profissional de apoio escolar como uma prática educativa anticapacitista?**

Por **ética do cuidado** estamos tratando a necessidade do cuidado como uma característica fundamental da vida humana e de todos os seres vivos. A ética do cuidado é uma ação política, logo, coletiva e solidária, pois a partir dela compreendemos que, em diferentes etapas da vida, necessitamos de cuidados distintos e que o fato de não necessitarmos de cuidados em um determinado momento não nos isenta da possibilidade de precisarmos desse acolhimento em um momento seguinte de nossa vida. A partir da ética do cuidado, entendemos a transitoriedade da vida humana e nos importamos com as pessoas e todas as demais formas de vida. Cabe mencionar que o direito a cuidar, a ser cuidado e ao autocuidado, desde dezembro de 2024, é previsto como política pública em nosso país (Leia o 'Para saber mais', ao final desta seção).

Nas instituições de ensino, todos os profissionais da educação exercem a ética do cuidado ao conduzir sua ação prevendo a indissociabilidade do cuidar e do educar, desde a Educação Infantil até a Educação Superior, de acordo com as necessidades dos sujeitos em cada tempo de vida.

Assim, **o cuidado educativo está vinculado a uma atitude atenciosa com o outro**, sustentada na compreensão dos processos escolares mediante uma postura rigorosamente ética. Na Educação Básica, o cuidar e o educar são eixos estruturantes de um projeto pedagógico comprometido com a formação humana das crianças e dos estudantes em formação. Na educação escolar, de modo geral, os profissionais da educação unem as dimensões do educar e do cuidar por meio do acompanhamento contínuo do processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, considerando a mediação pedagógica como um gesto intencional e mútuo de aproximação e de afastamento por parte dos

professores, para que os educandos os percebam como pessoas que orientam e que, na mesma medida, apostam na sua possibilidade de saber fazer.

Nas instituições de ensino, a atitude atencional por parte dos profissionais da educação, própria da ética do cuidado, é extensiva a toda a comunidade escolar, mesmo que exerçam uma função específica junto a um determinado componente curricular, ano ou etapa escolar, ou atuem na oferta de medidas de apoio, como é o caso do profissional de apoio escolar. Essa dimensão formativa é propiciada pela caracterização da escola como espaço democrático e de produção de um currículo comum, na ótica da acessibilidade curricular para a promoção da justiça curricular, na qual todos os sujeitos escolares aprendem a aprender uns com os outros e convivem com a diferença, fazendo da experiência da partilha do conhecimento um modo de diminuir as desigualdades sociais.

Assim, embora a ação do profissional de apoio escolar tenha um público determinado, ao atuar em um contexto institucional em que a aprendizagem é um ato que se constrói em uma dimensão social e coletiva, a sua atuação, seja individualizada ou coletiva, afeta as demais crianças e estudantes na forma de compreender a condição da deficiência dos colegas e, por consequência, no modo de se relacionar com eles, sendo essa uma razão substancial para afirmarmos a natureza educativa do trabalho exercido pelo profissional de apoio escolar como agente da inclusão.

Além disso, os processos de comunicação e interação social identificados como associados às atribuições dos profissionais de apoio escolar são a base constitutiva de toda e qualquer relação de ensino e aprendizagem. Uma vez que esses profissionais atuam como apoio para ampliar os repertórios das crianças e dos estudantes na utilização de signos para a convivência humana, os quais nos tornam sujeitos sociais produtores de cultura e conhecimento, a natureza educativa dos profissionais de apoio escolar é inegável. Assim, torna-se importante, na perspectiva da ética do cuidado, cuidar do processo formativo desses profissionais para que eles possam desempenhar bem as suas atividades.

Considerando que as atribuições principais do profissional de apoio escolar estão vinculadas à acessibilidade, aos cuidados pessoais, à comunicação e à interação social, podemos deduzir que esse profissional **não será responsável pelas atividades específicas da docência**, tais como planejamento, elaboração de recursos, estratégias pedagógicas e avaliação do processo de aprendizagem da criança e do estudante. Também não será o responsável por ensinar os conteúdos escolares a eles. Por outro lado, a partir da ética do cuidado, isso não significa que estará alheio a esses processos, pois, à medida que integra o contexto escolar, o profissional de apoio escolar, assim como os demais profissionais da educação, deve se colocar em uma atitude pedagógica de observa-

ção atenta e avaliação permanente dos efeitos das suas ações para o processo educativo das crianças e dos estudantes demandatários do seu apoio e dos demais educandos da turma.

A partir dos estudos críticos da deficiência, de matriz feminista, a prática da **ética do cuidado baseia-se na interdependência** como uma necessidade da espécie humana e confronta as expectativas de independência que foram construídas socialmente com base em padrões de corponormatividade, ou seja, em uma representação dos corpos baseada em um ponto de vista único no qual prevalece um corpo branco, funcional e idealizado como capaz.

Tratar o cuidado a partir das relações de interdependência humana significa abordar o cuidado na sua dimensão política, ética e moral, promovendo práticas solidárias e cooperativas entre os humanos e todos os seres vivos. O cuidado, quando resguardado à dimensão individual ou circunscrito a apenas alguns profissionais, não cumpre seu papel formativo. Assim, a presença do profissional de apoio escolar nas instituições de ensino, orientada pela ética do cuidado, também constitui uma forma de educar para a importância do cuidado mútuo e com a vida planetária, reconhecendo a vulnerabilidade e a interdependência que caracterizam a vida de todos os seres vivos. Sua presença na instituição de ensino deve ser compreendida como a de um profissional de referência para os cuidados educativos das crianças e dos estudantes com deficiência, entretanto, ele não é o único responsável por esses cuidados.

As relações de gênero também necessitam ser consideradas na perspectiva da ética do cuidado e da justiça curricular, devendo ser respeitada, na medida do possível, a indicação do educando referente à sua preferência de gênero do profissional de apoio escolar para acompanhamento nas atividades íntimas de cuidados (higiene pessoal). Além disso, a violência de gênero deve ser abordada como conhecimento escolar e conteúdo das práticas pedagógicas para que as crianças e os estudantes com deficiência, bem como os demais educandos, sintam-se aptos a nomear os abusos a que podem estar sendo submetidos nas atividades de cuidados educativos dentro e fora da instituição de ensino.

A partir da ética do cuidado, os cuidados pessoais assumem caráter educativo ao considerarem que a relação de interdependência entre o profissional de apoio escolar e o educando que necessita desses cuidados não exclui a sua possibilidade de ser autônomo na tomada de decisões sobre o seu corpo. Torna-se necessária a abertura do profissional de apoio escolar para a escuta, observação atenta às preferências, assentimento, discordâncias, manifestações de satisfação e desconforto dos educandos, que nem sempre serão expressas na forma de linguagem oral, podendo se manifestar por meio de reações que comumente são lidas como comportamentos indisciplinados, agressivos ou apáticos.

Assim, por trás de um comportamento interpretado como agressivo por parte de um adolescente com deficiência que resiste ao acompanhamento de uma profissional de apoio escolar no banheiro, podem estar sentimentos de constrangimento, desconforto ou a necessidade de preservar sua privacidade diante dos colegas e da própria profissional. Nesses casos, torna-se fundamental estabelecer uma relação dialógica, respeitosa e de confiança com o estudante, buscando compreender suas percepções, necessidades e preferências, bem como ouvir suas indicações sobre a forma como deseja ser acompanhado nas situações que envolvem cuidados pessoais.

Por trás de um comportamento de aparente indiferença e apatia de uma criança com deficiência na hora do lanche, pode estar a sua baixa autoestima, mediante uma dinâmica em que o seu agir como criança, brincar com outras crianças e viver todas as experiências escolares com o repertório lúdico e imagético próprio da infância é tolhido pela presença constante de um adulto que conduz o momento da alimentação como um ato mecânico, sem considerar a sua palavra.

Os cuidados educativos nos estabelecimentos de ensino unem as dimensões do aprender e do bem viver como próprias da natureza humana. Assim, **as atividades de cuidado necessitam ser planejadas e elaboradas com o mesmo rigor que os demais conteúdos do currículo escolar**. Isso significa que a condução das atividades de cuidado deve ser orientada por objetivos e metas claras e intencionais. Por exemplo: os momentos em que o profissional de apoio escolar acompanha determinado estudante com deficiência na hora do lanche devem ser planejados e discutidos pela equipe pedagógica, pois todos os mínimos gestos realizados no cotidiano escolar compõem conteúdo formativo e informam sobre o projeto educativo desenvolvido pela instituição de ensino. Assim, no lanche e em todas as rotinas escolares, é importante a avaliação contínua daquilo que o educando com deficiência tem condições de fazer sozinho e daquilo para o qual ele necessita de auxílio.

Considerando um exemplo prático: antes de abrir a tampa da garrafa e levar o canudo até a boca de um estudante com mobilidade reduzida, o profissional de apoio escolar necessita estar familiarizado com o Estudo de Caso do estudante junto aos professores do AEE e do ensino comum ou demais profissionais da educação que compõem a equipe pedagógica de gestão escolar para compreender os gestos de autonomia que podem ser executados pelo próprio estudante. É possível que o estudante consiga abrir a tampa da garrafa com o suporte do profissional de apoio escolar segurando-a ou consiga segurar a garrafa enquanto o profissional de apoio escolar faz o movimento de abrir a tampa. É possível, também, que precise de suporte para beber água (desde o ato de abrir a tampa e segurar a garrafa até levar o canudo à sua boca). Independentemente

da sua necessidade, a sua autonomia em deliberar sobre beber ou não o líquido é pessoal e intransferível, sendo que o profissional de apoio escolar necessita manter uma postura dialógica, expressando e antecipando em linguagem acessível a dinâmica dos acontecimentos em curso, com o objetivo de garantir a dignidade do estudante, em atenção à sua compreensão e às suas formas de comunicação para além da linguagem oral.

O exemplo citado anteriormente busca nos detalhes do cotidiano escolar, das micro-histórias que se repetem diariamente, ressaltar que a atuação do profissional de apoio escolar é dependente de uma leitura aprofundada e constante das possibilidades de a criança e o estudante com deficiência exercerem a sua autonomia em uma relação de interdependência.

Mesmo nos casos em que não há impedimentos físicos, é muito comum o profissional de apoio escolar antecipar gestos que podem ser aprendidos ou executados pela criança e pelos estudantes com deficiência. Essa dinâmica assistencial reforça o capacitismo em relação às pessoas com deficiência, uma vez que a interação social se dá a partir de uma relação assimétrica, cujos efeitos são progressivos, e mantém a pessoa com deficiência em uma posição de inferioridade em relação às demais pessoas.

Nesse sentido, a atuação do profissional de apoio escolar também envolve a identificação do momento oportuno para pausar a sua ação e afastar-se da relação como observador participante, sustentando o espaço necessário para que as crianças e os estudantes com deficiência possam errar e aprender com seu erro, possam receber apoio dos colegas nas dinâmicas cooperativas estabelecidas nos espaços e tempos escolares, bem como sentirem-se confiantes para expressar seus pontos de vista, colaborando com a aprendizagem da turma escolar de que fazem parte.

No caso dos cuidados pessoais de higiene, alimentação e locomoção, é muito comum essas atribuições serem consideradas próprias do ambiente privado e familiar e delegadas às mulheres. Logo, no contexto escolar, são consideradas atividades "menores" que podem ser executadas de modo assistencialista, sem a necessidade de profissionalização. Portanto, enfatizamos: não há atividades "menores" no ambiente escolar.

A ética do cuidado necessita ser praticada pelo profissional de apoio escolar em todos os momentos, inclusive nas situações de maior vulnerabilidade das crianças e dos estudantes com deficiência nas dinâmicas do contexto escolar. Tomemos como exemplo os comportamentos das crianças e dos adolescentes autistas nomeados como "estereotípias". Em uma lógica capacitista que busca enquadrar os corpos em um padrão, comportamentos distantes das expectativas sociais costumam ser considerados inapropriados, e o profissional de apoio

escolar atuaria no manejo e na contenção irrestrita de tais comportamentos. Em uma abordagem educacional anticapacitista, esses comportamentos são estudados pelos profissionais da educação com o propósito de identificar modos propícios para favorecer a comunicação e a interação social desses sujeitos. Suas formas de expressão são reconhecidas como a sua agência, ou seja, a sua "voz", e são trabalhadas como dispositivos para a construção de estratégias de aprendizagem. Portanto, o profissional de apoio escolar necessita ser orientado a estar próximo às crianças e aos adolescentes autistas nos momentos em que há essas manifestações, sustentando os seus modos de expressão como legítimos, em vez de coibir todo e qualquer comportamento como inadequado.

A partir da ética do cuidado, o profissional de apoio escolar desenvolve uma atitude atenciosa ao que as estereotípias revelam acerca dos interesses e necessidades desses educandos e discute nas reuniões pedagógicas esses elementos da observação com o professor da modalidade da Educação Especial que atua no AEE, com os professores do ensino comum e com os demais profissionais da instituição. Evidentemente, o respeito à autonomia e às escolhas das crianças e dos estudantes não deve ser confundido com omissão diante de situações que possam comprometer a integridade física ou o bem-estar deles. Por essa razão, o profissional de apoio escolar, como integrante da rede de cuidado, deve atuar de forma articulada com a equipe pedagógica, recebendo orientações que garantam tanto a proteção quanto o respeito aos direitos e à singularidade de cada educando.

Torna-se importante considerar que:

A atenção a situações de crise no contexto escolar exige conhecimentos sobre educação e desenvolvimento, vínculo com a criança e o estudante e compreensão das barreiras que atravessam sua participação no cotidiano. Trata-se de uma ação que deve ser planejada, acompanhada e conduzida pela equipe pedagógica, podendo envolver diferentes profissionais e recursos da escola.

Nesse contexto, o profissional de apoio escolar integra a rede de cuidado, atuando no suporte à interação, à comunicação e à locomoção da criança e do estudante, conforme orientações da equipe. No entanto, não lhe compete a tomada de decisões sobre as condutas a serem adotadas em situações de crise, tampouco a realização de práticas de contenção física que não fazem parte de suas atribuições.

Assim, destaca-se que todas as ações do profissional de apoio escolar devem estar orientadas por uma intencionalidade pedagógica clara, uma vez que suas práticas mobilizam modos de compreensão da subjetividade humana e influenciam diretamente as formas pelas quais as crianças e os estudantes constroem narrativas sobre si mesmos e sobre os outros. Essas ações podem tanto reproduzir estruturas sociais capacitistas quanto contribuir para sua problematização e superação. Nessa perspectiva, retoma-se a premissa freireana de que educar é um ato de coerência e nenhuma atitude ou postura é neutra. Como exemplo, podem-se considerar situações em que colegas recusam a participação de um estudante com deficiência em um grupo de trabalho. Nesses casos, o profissional de apoio escolar, ao exercer sua função de favorecer o convívio entre os pares, possui legitimidade para atuar de forma anticapacitista, sobretudo quando sua prática cotidiana valoriza as potencialidades e a agência da pessoa com deficiência. Por outro lado, quando suas interações com o estudante são pautadas em uma postura assistencialista, a intervenção pode até resultar na inclusão do estudante no grupo, porém sustentada por uma relação hierárquica, em vez de promover relações dialógicas e processos de reflexão que contribuam para a transformação de atitudes capacitistas entre os colegas.

Portanto, importa destacar que o profissional de apoio escolar, ao contribuir para sustentar a presença, no ambiente escolar, de crianças e estudantes com deficiência que demandam cuidados educativos, os quais vão além daqueles possíveis de serem garantidos na dinâmica escolar convencional de uma turma sob a regência de um professor, auxilia a validar a diferença como constitutiva da experiência humana.

Em síntese

São princípios estruturantes do trabalho do profissional de apoio escolar:

- **Modelo Social da Deficiência:** o Modelo Social da Deficiência compreende que as desigualdades sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência são o resultado da interação entre as suas características individuais e as barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais e sociais presentes no ambiente. Nesse contexto, a atuação do profissional de apoio deve voltar-se à identificação e à eliminação dessas barreiras, favorecendo a participação, a aprendizagem e a autonomia da criança e do estudante. O foco não está na "correção" da pessoa, mas na construção de condições acessíveis e inclusivas para que ela exerça plenamente seus direitos.

- **Indissociabilidade entre cuidado e educação:** na escola, cuidado e educação são dimensões inseparáveis. O cuidado não deve ser compreendido como

prática assistencialista ou meramente operacional, mas como ação pedagógica comprometida com o desenvolvimento integral, a participação e a dignidade das crianças e dos estudantes. Alimentação, higiene, mobilidade, comunicação e apoio nas atividades cotidianas também são oportunidades de interação, aprendizagem e construção de autonomia.

- **Interdependência:** a interdependência é uma condição humana universal. Todas as pessoas necessitam de apoio, cuidado e colaboração em diferentes momentos da vida. Reconhecer a interdependência contribui para superar concepções capacitistas baseadas na ideia de independência absoluta como ideal humano. Na perspectiva inclusiva, receber apoio não diminui a autonomia nem reduz a capacidade de participação da criança e do estudante.

- **Autonomia:** a finalidade do apoio escolar deve ser ampliar progressivamente a autonomia da criança e do estudante, favorecendo sua capacidade de fazer escolhas, comunicar necessidades, participar das decisões e construir formas próprias de agir no cotidiano escolar. Assim, o profissional de apoio escolar atua como mediador das aprendizagens e da participação, evitando práticas de superproteção ou substituição das ações que o educando pode desenvolver com apoio adequado.

- **Anticapacitismo:** a intencionalidade em superar o capacitismo manifesto nas práticas discriminatórias, em grande medida assentadas em padrões de corponormatividade, embasa a previsão dos apoios a serem realizados pelo profissional de apoio escolar.



PARA SABER MAIS

Sobre os estudos de matriz feminista sobre a deficiência, recomendamos:

DINIZ, D. **Modelo social da deficiência:** a crítica feminista. Brasília: Série Anis, v. 28, n. 1, 2003. p. 1-10.

Disponível em: <https://anis.org.br/wp-content/uploads/2022/10/Modelo-social-da-deficiencia-a-critica-feminista-2003.pdf>



Sobre a previsão do cuidado como política pública, em âmbito nacional, recomendamos:

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024.** Brasília, DF: Presidência da República, 2024.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L15069.htm

4. A articulação entre o Atendimento Educacional Especializado e o profissional de apoio escolar

Nesta seção, apresentamos relatos de experiências que evidenciam a articulação entre o profissional de apoio escolar, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os demais profissionais da educação escolar, com o objetivo de promover reflexões e dialogar com você sobre os seguintes aspectos:

- **Como se dá a avaliação da necessidade do profissional de apoio escolar como medida de apoio para um educando com deficiência?**
- **Como promover a previsão e a atuação do profissional de apoio escolar de modo articulado ao AEE?**

Da mesma forma que as atividades a serem desenvolvidas pelo profissional de apoio escolar possuem natureza educativa, a avaliação da necessidade desse apoio também deve ser compreendida como um processo educacional. Trata-se de uma análise construída de forma colaborativa entre o professor da Educação Especial responsável pelo AEE e os demais profissionais da educação que acompanham, no cotidiano escolar, os processos de escolarização da criança e do estudante.

A articulação entre os profissionais da educação para o trabalho colaborativo está no cerne de uma proposta pedagógica de uma instituição de ensino comprometida com os processos inclusivos, sendo uma necessidade proeminente nos processos de identificação e avaliação das necessidades educacionais das crianças e dos estudantes com deficiência.

A avaliação pedagógica da necessidade do profissional de apoio escolar considera, prioritariamente, as barreiras presentes no contexto escolar que incidem sobre crianças e estudantes com determinadas características ou condições corporais, sensoriais, intelectuais, comunicacionais, entre outras. Nessa perspectiva, analisa-se de que modo a eliminação de tais barreiras pode demandar apoio em algumas atividades escolares, a fim de assegurar a permanência, a participação e a aprendizagem desses educandos no espaço escolar.

É necessário avaliar em que situações específicas, espaços e tempos escolares determinado educando demanda o suporte do profissional de apoio escolar e em que situações dispensa essa medida de apoio. Também cabe avaliar periodicamen-

te se esse apoio será individualizado ou coletivo, ou seja, compartilhado com seus pares. Frisamos que a avaliação da necessidade de o apoio constituir-se de modo coletivo ou individualizado não se trata de uma medida de economicidade. O critério para essa definição é a busca por ampliar gradativamente os espaços de autonomia que possam ser exercidos pelos educandos em uma relação de interdependência.

Neste sentido, todos os professores que atuam com determinada criança ou estudante podem contribuir no mapeamento das barreiras escolares e na decisão coletiva das medidas de apoio a serem adotadas. Da mesma forma, os educandos com deficiência não podem estar alheios a esse processo e devem ser estimulados a expressar as suas demandas e a manifestar sobre como se sentem mediante os apoios oportunizados a eles. A articulação com a família ou responsáveis pela criança ou estudante complementa a avaliação pedagógica quanto à necessidade do profissional de apoio escolar.

Mediante o exposto, reafirma-se a diretriz política da não obrigatoriedade do laudo médico para fins de identificação das barreiras e das demandas das crianças e dos estudantes que são o público da Educação Especial, expressa no Decreto Federal nº 12.686/2025. Em outras palavras, o laudo médico não pode ser tomado como referência determinante para a destinação do profissional de apoio escolar, pois ele não fornece a leitura contextual sobre as possibilidades de aprendizagem do educando, com ou sem apoios coletivos ou individualizados.

Na conjuntura atual da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025a), a ação transversal da Educação Especial, por meio do AEE, é compreendida como parte da gestão dos processos inclusivos no ambiente escolar, ultrapassando a lógica de um atendimento individualizado restrito à sala de recursos multifuncionais. Nesse sentido, atribui-se ao professor da Educação Especial a responsabilidade de realizar a avaliação pedagógica da necessidade do profissional de apoio escolar, em articulação com os demais profissionais da educação.

Nas instituições de ensino em que a atuação desse profissional ainda não esteja presente, seja pela articulação com outras escolas em que haja essa oferta ou com Centros de AEE, caberá à equipe de gestão pedagógica (supervisão e orientação educacional) estruturar o processo de avaliação da necessidade do profissional de apoio escolar como medida de apoio para determinado educando. Esse processo deve ocorrer de forma articulada, envolvendo os diferentes agentes escolares e considerando as demandas pedagógicas da criança ou do estudante no contexto da escola comum.

Portanto, em que pese a necessária articulação entre o AEE e o profissional de apoio escolar prevista como política pública, a partir do Decreto Federal nº 12.686/2025, é importante considerar as distintas trajetórias institucionais na organização das medidas de apoio nos territórios brasileiros, tratando a meta da

inclusão escolar como um compromisso institucional das instituições e órgãos que compõem os sistemas de ensino.

4.1 O Plano de Atendimento Educacional Especializado como documentação pedagógica da atuação do profissional de apoio escolar

O Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) é uma documentação pedagógica elaborada pelo professor da Educação Especial, responsável pelo serviço do AEE nas instituições de ensino e nos Centros de AEE. Essa documentação parte do Estudo de Caso do educando, conforme previsto no Artigo 11 do Decreto nº 12.686/2025, e registra a trajetória de vida e escolar da criança e do estudante com deficiência na Educação Básica, reunindo elementos sobre as suas potencialidades e barreiras que se interpõem no contexto escolar em cada período, ano, etapa ou modalidade escolar, estratégias pedagógicas ou recursos de Tecnologia Assistiva (TA) a serem adotados etc.

O PAEE deverá contemplar as medidas de apoio definidas pelo professor do AEE, em articulação com os demais agentes escolares, a serem executadas por um determinado período (trimestre ou semestre escolar), bem como o processo de avaliação periódica dessas medidas, com foco na eliminação das barreiras à participação e à aprendizagem da criança e do estudante no contexto escolar. Nesse sentido, o Artigo 11, no parágrafo segundo do Decreto nº 12.686/2025, estabelece que a oferta do profissional de apoio escolar será avaliada a partir do Estudo de Caso e independe de diagnóstico, laudo, relatório ou qualquer documento emitido por profissional de saúde. Nesse contexto, a destinação do profissional de apoio escolar, associada à análise de sua necessidade e das atribuições a serem executadas por esse profissional, estará prevista no PAEE do educando.

Além disso, o acompanhamento da atuação do profissional de apoio escolar e as suas demandas formativas devem ser contempladas na carga horária de trabalho semanal do professor do AEE.

Para que o PAEE possa se constituir como um dispositivo pedagógico a serviço do processo de escolarização das crianças e dos estudantes com deficiência e demais sujeitos que são público das ações da Educação Especial, torna-se necessário o fortalecimento de uma cultura institucional que zela por essa documentação.

Torna-se importante considerar que:

A organização do apoio à criança e ao estudante que são público da Educação Especial ocorre de forma contínua, articulada e baseada na identificação e superação de barreiras. Esse processo se estrutura em um **ciclo avaliativo permanente**:

- **Estudo de Caso**: identificação das barreiras à participação e à aprendizagem, considerando a escuta qualificada do educando e de sua família, bem como a análise do contexto escolar.

- **Registro no PAEE** ou Plano Educacional Individualizado (PEI), em conformidade com o Decreto nº 12.686/2025, contemplando a sistematização das informações relevantes sobre a criança ou o estudante e a definição das medidas de apoio necessárias.

- **Provimento das medidas de apoio**: organização, disponibilização e acompanhamento dos apoios definidos a partir do Estudo de Caso, incluindo, quando necessário, a atuação do profissional de apoio escolar, bem como outros recursos e estratégias de acessibilidade.

- **Acompanhamento da implementação**: monitoramento contínuo das estratégias adotadas, com observação dos efeitos sobre a participação, a autonomia e a aprendizagem do educando.

- **Reavaliação periódica**: revisão das medidas de apoio, com possibilidade de manutenção, ampliação, redução ou redirecionamento das ações, conforme as necessidades identificadas.

Importante: esse ciclo não é linear nem fixo; trata-se de um processo dinâmico e contínuo, orientado pela eliminação de barreiras e pela promoção da participação e da aprendizagem das crianças e dos estudantes no contexto escolar.

O PAEE, ao realizar o registro permanente da trajetória de determinada criança ou estudante, constitui-se como o ponto de partida para a sua avaliação pedagógica no ano escolar seguinte, sendo recomendado que as instituições de ensino que recebem esses educandos em situação de transferência possam ter acesso às documentações anteriores.

Torna-se importante considerar que:

Não há dispositivo legal que fixe um número de profissionais de apoio escolar por criança ou estudante. A definição do quantitativo não deve seguir uma "lógica aritmética", tampouco o mero diagnóstico clínico.

O apoio é desenhado para atender as necessidades do educando, mas isso não significa, obrigatoriamente, que o profissional de apoio escolar atuará de maneira exclusiva junto a ele. O profissional de apoio escolar pode ser compar-

tilhado entre crianças e estudantes, turmas e anos diferentes, cabendo à gestão escolar organizar essa dinâmica.

O único balizador para a alocação do profissional é a identificação de demandas de apoio funcionais (comunicação, locomoção, higiene, alimentação e interação) identificadas no Estudo de Caso e documentadas no PAEE.



PARA SABER MAIS

Para aprofundar a compreensão sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua organização pedagógica, recomenda-se a leitura do Caderno 2: Atendimento Educacional Especializado (AEE): concepções e metodologias. MEC/UFC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneei/cadernmecVol2compressed.pdf>



4.2 Relatos de experiências sobre a articulação entre os agentes escolares e a previsão do profissional de apoio escolar como medida de apoio individual ou coletiva

Apresentamos, a seguir, relatos de experiências com enfoque em elucidar os critérios que orientam a avaliação da necessidade do profissional de apoio escolar, tomando como referência situações ilustrativas de sua atuação nas instituições de ensino. Os relatos de experiências foram organizados em dois momentos complementares: nesta seção, enfatizamos o planejamento das ações e a tomada de decisão quanto ao provimento do apoio; na seção seguinte, retomamos cada um dos relatos, evidenciando como essas decisões se materializam no cotidiano escolar.

Relato de experiência: o apoio a Francisco na Educação Infantil

Francisco, 4 anos, autista, tem o acompanhamento da professora do AEE. No PAEE de Francisco, constam os registros da conversa feita pela profissional com a mãe da criança, que afirma que a convivência em grupo é uma experiência nova para Francisco. Ele não tem irmãos e costuma ficar a maior parte do tempo apenas com adultos. Além disso, a criança comunica-se oralmente com frases simples quando necessita expressar necessidades básicas (sede, fome, banheiro). O plano também reúne observações da professora do ensino comum, que indicam que a criança permanece por pouco tempo na sala de referência, circulando frequentemente por outros espaços da escola e buscando, de forma

recorrente, o balanço presente no ambiente escolar. Nas ocasiões em que permanece na sala, observa-se um interesse predominante pelos jogos de montar, atividade na qual costuma engajar-se na construção de torres.

Também constam os registros do acompanhamento sistemático realizado pela professora do AEE durante o período de adaptação de Francisco ao ambiente escolar, em que houve o planejamento colaborativo entre ela e a professora do ensino comum de propostas baseadas em materiais não estruturados que pudessem favorecer a livre expressão, imaginação e interação das crianças nos espaços internos e externos da escola.

Com base nessas experiências exploratórias iniciais, foi possível identificar interesses específicos de Francisco em propostas envolvendo construções e jogos de montar. Também foi possível compreender que, apesar de Francisco não responder às mediações das professoras na forma oral, ele sinaliza compreender esboçando um sorriso tímido.

A professora do AEE avaliou como um dos objetivos centrais do PAEE de Francisco naquele semestre o investimento na sua acessibilidade comunicacional, como estratégia para ampliar os seus vínculos com os colegas e a professora. Desse modo, a professora do AEE propôs como estratégias: a implementação de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) junto ao currículo da Educação Infantil e de um profissional de apoio escolar para atuar como suporte na implementação dessa estratégia de comunicação. A professora do AEE manteve o acompanhamento semanal sistemático de Francisco junto a sua turma, duas vezes por semana, planejando estratégias de modo colaborativo com a professora da turma, com uso de cartões com pictogramas (símbolos gráficos que representam objetos, ações ou conceitos) e orientando a profissional de apoio escolar a implementá-los para ampliar as situações comunicativas entre Francisco, seus colegas e sua professora de referência nos distintos espaços da rotina escolar das crianças.

Relato de experiência: o apoio a Júlia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A estudante Júlia, de 8 anos, tem deficiência física decorrente de paralisia cerebral, apresentando limitações nos movimentos das mãos e das pernas. Ela está no 2º ano do Ensino Fundamental. Ingressou na escola mediante transferência de outra cidade, no meio do ano escolar. A escola não conta, no momento, com o apoio de um professor do AEE nem com a atuação de um profissional de apoio escolar. Diante dessa realidade, deu-se início à construção do Estudo de Caso como etapa preliminar para a análise da necessidade e possível im-

plementação do profissional de apoio escolar. Esse processo envolveu a professora da estudante e os demais profissionais que compõem a gestão escolar, destacando-se a atuação da orientadora educacional, cuja função inclui o fortalecimento da mediação entre família e escola. A orientadora educacional conversou com a própria estudante Júlia e realizou entrevista com a mãe da estudante. Paralelamente, teve acesso às informações da trajetória escolar anterior e aos pareceres do AEE de Júlia durante a etapa da Educação Infantil, tendo sido possível identificar que as barreiras de locomoção estão presentes na vida de Júlia desde o início do seu percurso escolar. Também identificou que a estudante contava com o acompanhamento do profissional de apoio escolar nesse período. Além disso, fez contato com a escola da rede mais próxima que tem a oferta do AEE, buscando o suporte necessário para a realização do Estudo de Caso da estudante.

Assim, a equipe envolvida no Estudo de Caso considerou importante manter o apoio que Júlia já vinha tendo no espaço de escolarização anterior e buscou garantir a previsão desse profissional na escola (seria a primeira vez que a escola teria um profissional de apoio escolar na equipe).

Com a chegada de Júlia e de outras crianças que são o público da Educação Especial, a escola também tem buscado garantir a implementação do AEE como parte integrante do Projeto Político-Pedagógico dessa instituição.

Relato de experiência: o apoio a João nos Anos Finais do Ensino Fundamental

João, de 12 anos, é um estudante autista que não desenvolveu a fala oral. Ele iniciou o 6º ano do Ensino Fundamental demonstrando ansiedade e agitação mediante a organização curricular própria dos Anos Finais (um professor para cada componente curricular). Ele é um estudante acompanhado pelo AEE desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nessa etapa da sua escolarização, manifestaram-se as barreiras de comunicação e interação social. Com a mediação da profissional de apoio escolar e a progressiva implementação da CAA, na forma de pranchas com pictogramas, as manifestações comportamentais de agressividade e ansiedade nos momentos em que se sente vulnerável por não conseguir compreender e ser compreendido foram diminuindo.

Na passagem para o 6º ano, as barreiras de comunicação e interação social tornaram-se novamente evidentes. Antecipando que a nova organização curricular dos Anos Finais do Ensino Fundamental pudesse representar uma barreira inicial para João, a professora do AEE elaborou recursos didáticos com pictogramas, destinados a favorecer a previsibilidade da rotina escolar diária, a serem

implementados em sua sala de aula com o apoio do profissional de apoio escolar. No PAEE de João deste semestre, consta entre as atribuições do profissional de apoio escolar: apoiar João na interação social e na comunicação com seus colegas e demais pessoas da comunidade escolar, facilitando e estimulando o uso dos pictogramas em todas as situações comunicativas envolvendo o estudante. Também consta o foco prioritário no planejamento colaborativo entre a professora do AEE e os professores de João para utilização dos pictogramas de CAA como estratégia de comunicação e aprendizagem associada à acessibilidade textual (linguagem simples) em sala de aula.

Relato de experiência: o apoio a Paulo no Ensino Médio articulado à Educação Profissional

Paulo, 18 anos, pessoa com deficiência física, não possui mobilidade nos membros inferiores e apresenta movimentos reduzidos em uma das mãos. Durante sua escolarização, até o 4º ano do Ensino Fundamental, teve uma profissional de apoio escolar que, além de acompanhá-lo nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, registrava o conteúdo para ele em um caderno físico, o que acabou sendo uma barreira para Paulo avançar no seu letramento e alfabetização.

A partir do 5º ano do Ensino Fundamental, Paulo foi incentivado pelo professor do AEE a utilizar recursos de TA em sala de aula (computador portátil, teclado virtual, *mouse joystick*) em vez do acompanhamento contínuo do profissional de apoio escolar. Naquele ano, Paulo avançou em direção à leitura e à escrita alfabética e desenvolveu suas habilidades acadêmicas de modo geral.

Com a conquista progressiva de autonomia, Paulo passou a estar mais engajado e interessado na escola, e, quando concluiu o Ensino Fundamental, ingressou em um Curso Técnico de Informática articulado ao Ensino Médio em um Instituto Federal de Educação.

Chegando à nova instituição escolar, Paulo foi acolhido pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). A professora do AEE que integra o Núcleo escutou o próprio Paulo com relação aos apoios necessários. Paulo manifestou seu desejo de ter um profissional de apoio escolar do sexo masculino para as atividades de deslocamento, higiene, locomoção e apoio com a instalação dos recursos de TA nos ambientes escolares. Também disse que consegue acompanhar os conteúdos escolares, sem a necessidade do profissional de apoio escolar de modo permanente em sala de aula, desde que os professores antecipem os conteúdos para ele na forma digital. Afirmou ainda que, se ele tiver que copiar do quadro, não conseguirá fazê-lo com a mesma rapidez dos demais colegas e necessitará que alguém copie para ele. Mas não quer se sen-

tir dependente o tempo todo. Ele deseja que os colegas e professores reconheçam que suas características singulares não anulam as suas potencialidades.

Relato de experiência: o apoio a Carlos na Educação de Jovens e Adultos – EJA

Carlos está matriculado na Etapa da Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola de ensino comum. Demonstra necessidades complexas de comunicação e interação social, ou seja, manifesta impedimentos para compreender as instruções, manter uma conversa, estabelecer um relacionamento interpessoal e orientar-se nos ambientes, oscila constantemente de humor, entre momentos de mais apatia e ansiedade. Além disso, apresenta limitações na coordenação e na força muscular dos membros superiores, o que compromete sua mobilidade. Necessita apoio para alimentação e higiene.

O processo de escolarização anterior de Carlos evidencia a ausência de acessibilidade curricular, de modo que Carlos chega à EJA depois de uma trajetória de fracasso escolar que intensificou a produção social da sua condição como pessoa com deficiência intelectual.

No PAEE elaborado pela professora do AEE para Carlos, foi previsto o profissional de apoio escolar como uma medida de apoio coletiva, a ser compartilhada com outros colegas de sua turma que também são público da Educação Especial e demandam acompanhamento individualizado nas atividades de cuidados educativos. Também consta a utilização de TA, como engrossadores de lápis e talheres adaptados, o que lhe permite mais autonomia para escrita e alimentação.

A avaliação da implementação da medida de apoio de modo coletivo considerou a funcionalidade da sua deficiência, bem como os objetivos da modalidade EJA com relação à formação do jovem e do adulto para a inclusão social em outros contextos próprios da vida adulta, sendo importante incentivá-lo à iniciativa e à tomada de decisões durante a realização das atividades escolares. Carlos também foi ouvido pela professora do AEE nesse processo e foi receptivo a receber auxílio do profissional de apoio escolar para as atividades de higiene e locomoção.

Relato de experiência: o apoio a Yvan na Educação Escolar Indígena

Em uma escola indígena da etnia Makuxi com uma turma multisseriada que abrange estudantes em fase de alfabetização (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental), a professora do grupo notou o desinteresse e a agitação de Yvan, uma criança de 8 anos de idade. Durante as atividades que desenvolvia sobre ancestralidade e língua materna por meio de manifestações culturais da comunidade,

como o Parixara (ritual de dança), observou que Yvan pouco falava, constantemente se dispersava e se afastava do grupo, resistindo à participação nos momentos coletivos propostos.

A professora regente relatou sua inquietação à professora do AEE, a qual já vinha acompanhando Yvan desde o trimestre anterior, mediante encaminhamento feito pela mesma professora ao constatar barreiras de comunicação que têm refletido na aprendizagem dos conteúdos escolares por parte de Yvan. Mediante as novas observações da professora quanto às barreiras associadas à interação social, a professora do AEE considerou que a profissional de apoio escolar – figura já presente na escola para acompanhamento de uma estudante com deficiência física em atividades de cuidados educativos (higiene, locomoção e alimentação) – poderia dispor de parte da carga horária para acompanhar as aulas semanais planejadas pela professora de Yvan com foco nas manifestações culturais. Inicialmente, a profissional de apoio escolar foi apresentada ao grupo de estudantes como alguém que estaria próximo, acompanhando algumas aulas para auxiliar a todos.

Assim, uma das estratégias planejadas pelas professoras – regente e do AEE – foi a utilização de objetos concretos conjuntamente à atuação da profissional de apoio escolar durante as atividades coletivas, para auxiliar Yvan a ampliar suas formas de participação e interação social com sua turma. Dessa forma, foi pensado no uso de instrumentos musicais produzidos na comunidade, como o maracá, que pudessem ser utilizados nos momentos em que eram desenvolvidas as atividades que envolviam o Parixara e outras danças culturais.

Relato de experiência: o apoio a Sonia na Educação Superior

Sonia ingressou na Universidade no Curso de Licenciatura em Pedagogia, por reserva de vagas para as ações afirmativas. Ela é uma mulher cega, de 24 anos.

Ao ser entrevistada pela profissional do Núcleo de Acessibilidade da instituição, informou que domina o Sistema Braille e que utiliza o leitor de tela. O apoio que espera do Núcleo é a disponibilização dos textos acadêmicos para o formato digital acessível e acessibilidade para a locomoção nas dependências da universidade.

De modo específico, com relação à sua necessidade de apoio para orientação e mobilidade na universidade, a profissional do Núcleo marcou nova reunião com ela para lhe apresentar a profissional de apoio escolar que será responsável por apoiá-la nessa atividade.

5. As atividades do profissional de apoio escolar em relação a cada etapa, modalidade e nível de ensino

Nesta seção, temos como objetivo apresentar os relatos de experiências e refletir com você sobre:

- Como se dá a atuação do profissional de apoio escolar em diferentes níveis, etapas e modalidades da educação escolar?
- De que maneira o uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) contribui para a atuação do profissional de apoio escolar, destacando seu papel como interlocutor de crianças e estudantes com necessidades complexas de comunicação?
- Como a utilização de recursos e estratégias de CAA pode assegurar o direito à comunicação, à interação social e, como consequência, à acessibilidade curricular das crianças e dos estudantes que são o público da Educação Especial (e das demais crianças e estudantes), como fundamento da inclusão escolar?

5.1 Relatos de experiências ilustrativas das atividades do profissional de apoio escolar em distintos contextos e territórios escolares, da Educação Infantil à Educação Superior

A presença do profissional de apoio escolar nas diferentes etapas, modalidades e níveis da educação constitui um elemento fundamental para a efetivação do direito à educação escolar de crianças e de estudantes com deficiência que demandam esse apoio. Esse profissional atua em contextos diversos – da Educação Infantil à Educação Superior, nas modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional, Educação do Campo, Quilombola e Indígena –, desempenhando suas atribuições em sintonia com as particularidades de cada um desses contextos. Portanto, o desempenho das atividades desse profissional leva em consideração as especificidades curriculares, socioculturais e territoriais de cada um dos níveis, etapas e modalidades de ensino.

A partir dos relatos de experiências, você poderá perceber como essa atuação se concretiza em situações cotidianas, analisando a complexidade, a especificidade e a relevância do trabalho desempenhado.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Francisco na Educação Infantil

Com a atuação da profissional de apoio escolar, que passou a acompanhar a rotina do grupo do qual Francisco faz parte, a implementação dos cartões com pictogramas teve início nos espaços que despertavam maior interesse da criança, como o canto dos jogos de montar e a pracinha. A presença regular da professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido fundamental para orientar a profissional de apoio escolar na introdução dos cartões com pictogramas nas dinâmicas do grupo. Nessas interações, a profissional de apoio escolar não fala por Francisco; ao contrário, apresenta os cartões e o incentiva a utilizá-los, por exemplo, apontando para a figura "BRINCAR JUNTO" quando outras crianças se aproximam. Além disso, passou a utilizar os pictogramas para antecipar momentos da rotina, como ao mostrar o cartão "LAVAR AS MÃOS" antes do lanche, favorecendo a previsibilidade e contribuindo para a autorregulação da criança.

As demais crianças da turma demonstraram grande curiosidade em relação aos cartões, inicialmente até mais do que o próprio Francisco. Diante disso, tornou-se necessário planejar situações de aprendizagem em que elas também pudessem utilizá-los. Progressivamente, as professoras passaram a elaborar cartões com pictogramas associados às histórias infantis preferidas do grupo. Esses cartões foram plastificados e organizados em argolas de chaveiro, permitindo sua circulação livre pela sala de aula, especialmente durante os momentos de jogos simbólicos.

Ao envolver as demais crianças na utilização dos pictogramas, foi possível observar que Francisco também passou a demonstrar maior interesse pelo recurso. Em determinada reunião de Estudo de Caso de Francisco que envolveu a profissional de apoio escolar, as professoras da turma e do AEE, a professora do AEE questionou a profissional de apoio escolar sobre as situações em que a interação e a comunicação por meio dos cartões têm se mostrado mais efetivas. Também questionou sobre as situações que indicam a necessidade de replanejamento.

A profissional de apoio escolar relatou que Francisco tem utilizado os cartões para nomear suas construções com os blocos de montar. Também comentou um episódio ocorrido no pátio, em que Francisco parecia inquieto, pois nenhum dos cartões disponíveis parecia representar o que ele desejava comunicar enquanto brincava com pedrinhas e gravetos. A professora do AEE destacou que essas observações são muito importantes para ampliar o repertório de vocabulário dos cartões com pictogramas, contribuindo para o aprimoramento do recurso e para a ampliação das possibilidades de comunicação da criança.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Júlia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A profissional de apoio escolar foi solicitada a participar de uma reunião pedagógica entre orientadora educacional e professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Nessa reunião seria discutido o caso de Júlia de modo colaborativo entre todos os professores desse período escolar.

A professora de Júlia, do 2º ano do Ensino Fundamental, destacou que a aluna demonstra entusiasmo e interesse pelas atividades, compreende bem os conteúdos e participa ativamente das aulas. Ressaltou, no entanto, que sua maior barreira está na escrita manual, devido às suas condições motoras. Ela entende que é necessário oportunizar outras estratégias para reduzir essa barreira à participação de Júlia, pois percebe sua fadiga e esforço reiterado para garantir sua participação.

A profissional de apoio escolar acrescentou que auxilia Júlia diariamente com ações práticas, combinadas previamente junto com a equipe pedagógica, como conduzir sua cadeira de rodas pelos espaços da escola, virar páginas do caderno e dos livros e fixar as folhas de atividades na mesa com fita adesiva para garantir maior estabilidade à estudante no manuseio do material.

Na sequência, a orientadora pedagógica contribuiu para a discussão trazendo experiências vivenciadas em outras turmas, com outros estudantes, para reforçar a importância de progressivamente ampliar a autonomia com interdependência de Júlia no espaço escolar. Ela sugeriu o uso de plano inclinado (dispositivo físico que consiste em uma superfície inclinada, geralmente usada para apoiar livros e papéis) e adaptações simples, como engrossadores de lápis, além de propor o início do treino com um teclado comum associado a uma grade em formato de colmeia, que cobre as teclas e funciona como alternativa para o registro escrito.

Assim, com a progressiva evolução de Júlia, o apoio da profissional de apoio escolar, atualmente necessário, tende a se tornar dispensável dentro da sala de aula, possibilitando-lhe maior autonomia em suas aprendizagens.

Continuação do relato de experiência: o apoio a João nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Nas reuniões de Estudo de Caso de João entre a professora do AEE e o profissional de apoio escolar, este último destacou que os intervalos de troca de professores e o intervalo do recreio são os momentos em que João fica mais ansioso com a movimentação e as conversas simultâneas dos colegas.

Essa situação de desconforto tem dificultado a sua concentração na aula seguinte, e quando, de fato, começa a envolver-se com a atividade, já transcorreu um bom tempo de aula. Também tem resistido à participação nos grupos de

trabalho. Entretanto, na última semana, a professora de História programou um trabalho em grupo no Laboratório de Informática utilizando gamificação, e João não mostrou resistência à participação.

A professora do AEE reforçou com o profissional de apoio escolar a importância da previsibilidade da dinâmica de troca de aulas junto a João como recurso didático com apoio da CAA. Também sinalizou que irá promover uma roda de conversa com os professores e colegas de João com o objetivo de envolvê-los e comprometê-los com essa dinâmica. Ela pretende conversar com João no espaço do atendimento na sala de recursos multifuncionais sobre o uso do referido recurso, buscando compreender sua funcionalidade e efetividade para ele.

Além disso, destacou a importância das observações do profissional de apoio escolar com relação aos interesses de João nas atividades de gamificação. Com base nessa observação, a professora do AEE, na próxima reunião pedagógica, investirá, com os professores do 6º ano, na utilização da gamificação como estratégia de aprendizagem cooperativa na turma de João.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Paulo no Ensino Médio articulado à Educação Profissional

O 1º ano do Curso Técnico de Informática integrado ao Ensino Médio tem aula no Laboratório de Informática após o intervalo. O profissional de apoio escolar acompanha Paulo no deslocamento da sua sala de aula até o laboratório e instala a sua cadeira de rodas na mesa adaptada. Também instala junto o computador portátil, o teclado colmeia e o *mouse joystick* – recursos de TA que o estudante costuma utilizar como instrumentos para estudo no ambiente escolar.

Após realizar a instalação dos recursos e ligar o computador para o estudante, o profissional se retira da sala. Transcorridos 50 minutos da aula, o profissional de apoio escolar retorna, desinstala os equipamentos e conduz o estudante de volta para sua sala de aula, onde os instala novamente para que o estudante possa participar da aula de História e realizar a avaliação individual prevista como atividade para a turma nesse dia. Como a avaliação foi elaborada na forma digital, prevendo questões objetivas, de múltipla escolha, Paulo pôde fazer de modo autônomo e utilizou o mesmo tempo que os demais colegas.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Carlos na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Durante uma aula noturna na turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a professora propôs uma atividade de escrita coletiva em grupos de até quatro estudantes, na qual os participantes poderiam utilizar símbolos visuais (*emojis*)

comumente empregados nas redes sociais como apoio à produção textual. Entre os estudantes, estava Carlos, de 22 anos, com deficiência intelectual, em processo de alfabetização e letramento, sendo que seu gosto por redes sociais (Facebook e Instagram) tem sido explorado pela professora, atingindo bons resultados com ele e com os demais estudantes. O profissional de apoio escolar e a professora referência da turma alternam o acompanhamento individualizado ao grupo de Carlos, buscando garantir o espaço necessário para que os estudantes do grupo se apoiem mutuamente.

Durante a reunião de Estudo de Caso voltada à avaliação da necessidade do profissional de apoio escolar para o estudante Carlos, foram apresentados, pelo profissional de apoio escolar, registros de evolução no desempenho de atividades motoras, particularmente na alimentação e na escrita, a partir da utilização de recursos de TA. No acompanhamento durante as atividades de higiene, a professora do AEE tem reforçado junto ao profissional de apoio escolar a importância de orientar Carlos e de permitir que ele faça sozinho o que consegue, tratando esse momento como uma situação de aprendizado para que ele desenvolva o autocuidado e a privacidade com o próprio corpo. Com relação às atividades escolares, a professora e o profissional de apoio escolar confirmam que a alternância entre o acompanhamento individualizado de Carlos e o acompanhamento do grupo de estudantes tem proporcionado pequenos avanços em seu desenvolvimento. O acompanhamento individualizado do profissional de apoio escolar a Carlos, em sala de aula, tem se limitado aos momentos em que ele necessita de suporte para sustentar a comunicação e a interação social com seus pares.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Yvan na Educação Escolar Indígena

Com a colaboração pontual da profissional de apoio escolar nas atividades coletivas, Yvan foi aos poucos sendo envolvido nas atividades coletivas desenvolvidas na escola. No início, ele demonstrava certa timidez e relutância em participar, mas, aos poucos, começou a se sentir motivado. A cada atividade, a profissional de apoio escolar acompanha Yvan de perto, encorajando-o com pequenos gestos de incentivo, ajudando-o a manter a concentração e reforçando sua participação diante da turma. Esse acompanhamento individualizado também é alternado com a professora de referência.

Em outro momento, a profissional de apoio escolar entregou-lhe um pequeno maracá feito pela própria comunidade. A cada vez que o ritmo do Parixara se intensificava, Yvan era convidado a tocar, contribuindo para o compasso da dança. Com o tempo, ele começou a participar mais atentamente das atividades

e vivências desenvolvidas. Em uma determinada ocasião, os colegas perceberam sua participação e, em sinal de acolhimento, chamaram-no para o centro da roda, permitindo que ele se sentisse incluído na celebração coletiva.

Continuação do relato de experiência: o apoio a Sonia na Educação Superior

Na aula de História da Educação, a turma de Pedagogia se prepara para discutir textos indicados pela professora. Entre os acadêmicos está Sonia. Ela tem deficiência visual e utiliza o leitor de tela em seu computador pessoal. Durante a exposição oral, a docente realiza a audiodescrição dos elementos visuais apresentados em *slides*, como gráficos e imagens, de forma clara e objetiva. Ao término da aula, a profissional de apoio escolar espera Sonia no ponto previamente combinado, acompanhando seu deslocamento pelo *campus* da universidade e realizando a descrição dos ambientes, a sinalização de obstáculos e a orientação sobre a localização de salas, escadas e corredores. Esse suporte contribui para que a estudante possa deslocar-se com tranquilidade em ambientes em que a circulação é muito grande e onde ela estaria exposta a riscos, tais como locomover-se do prédio da Faculdade de Educação até o restaurante universitário mais próximo, distante três quadras, e localizado em uma avenida muito movimentada que não dispõe de semáforos com sinalização sonora. Ou, ainda, para deslocar-se até a sua parada de ônibus, que também se localiza na mesma avenida.

O que os relatos de experiências evidenciam sobre a atuação do profissional de apoio escolar

Esses relatos pedagógicos evidenciam que a atuação do profissional de apoio escolar é multifacetada e deve ser planejada em sintonia com as necessidades individuais da criança e do estudante e com a organização curricular do nível, etapa ou modalidade de ensino. Vai muito além do acompanhamento físico ao educando: trata-se de um papel ativo, planejado e articulado com professores, colegas e outros profissionais da instituição de ensino. De forma integrada, as narrativas abordam:

- **Definição da atuação do profissional de apoio escolar como medida de apoio individual ou coletiva e como uma decisão pedagógica**, estabelecida entre os profissionais da educação, articulada, prioritariamente, ao PAEE da criança e do estudante na Educação Básica e ao Núcleo de Acessibilidade na Educação Superior. Assim, em **todos os relatos** você deve ter observado que a indicação do profissional de apoio escolar parte de uma avaliação pedagógica composta pelas observações dos diferentes professores da instituição de ensino que atuam com a criança ou o estudante.

- Trabalho articulado e colaborativo com a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino: o profissional de apoio escolar observa e identifica necessidades e potencialidades dos educandos, seus comportamentos, interesses e avanços. Essas informações são compartilhadas com os professores, contribuindo para o planejamento pedagógico de forma mais ajustada ao perfil de cada criança ou estudante. Como exemplos, retome os relatos de experiências de Francisco (Educação Infantil) e João (6º ano do Ensino Fundamental).

Portanto, o profissional de apoio escolar trabalha em articulação com professores regentes e do AEE, garantindo a continuidade de estratégias, o alinhamento de metas e o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança ou do estudante. Como exemplos, retome os relatos de experiências de Júlia (4º ano do Ensino Fundamental) e Carlos (EJA).

- Apoio funcional na implementação de recursos e estratégias: o profissional de apoio escolar auxilia na implementação de dispositivos de TA, como o uso de pictogramas, rotinas visuais, *softwares* de CAA, leitores de tela, teclados, *mouses* adaptados e talheres adaptados. Como exemplos, retome os relatos de experiências de Francisco (Educação Infantil), Júlia (4º ano do Ensino Fundamental), João (6º ano do Ensino Fundamental), Carlos (EJA). Também se responsabiliza por organizar os materiais para facilitação do acesso às tecnologias, garantindo segurança e condições para a participação escolar. Como exemplo, retome os relatos de experiências de Paulo (Ensino Médio). Ainda, atua no apoio à higiene, alimentação, orientação e mobilidade. Como exemplos, retome os relatos de experiências de Paulo (Ensino Médio), Carlos (EJA) e Sonia (Educação Superior).

- Estímulo à autonomia e ao protagonismo da criança e do estudante, aliado à avaliação contínua da necessidade do profissional de apoio escolar nos espaços e tempos escolares: embora ofereça suporte direto, o profissional atua de forma a ampliar a interdependência do educando, sem substituí-lo, mas firmando as condições para que ele participe ativamente, tome decisões e desenvolva suas habilidades. Portanto, o profissional de apoio escolar atua como "ponte" entre o educando com deficiência e seus colegas, fomentando o apoio mútuo entre eles. O protagonismo dos educandos também se evidencia nos relatos de experiências que demonstram sua participação nas decisões relacionadas ao acompanhamento realizado pelo profissional de apoio escolar, sendo considerados sujeitos ativos no processo de definição das estratégias de apoio a serem ofertadas. Como exemplo, retome o relato de experiência de Paulo (Ensino Médio). Além disso, a manutenção do acompanhamento e das formas de conduzi-lo por parte do profissional de apoio escolar é continuamente avaliada nas reuniões de Estudo de Caso entre os profissionais da escola. Como exemplo, releia o relato de experiência de Júlia (4º ano do Ensino Fundamental).

- **As especificidades do currículo escolar de cada etapa, modalidade e nível de ensino são consideradas:** isso significa dizer que as barreiras comunicacionais, de interação social e os cuidados pessoais prestados pelos profissionais de apoio escolar consideram as formas próprias dos espaços e tempos escolares. Essas especificidades estão presentes em todos os relatos de experiências, evidenciando-se no planejamento da ação pedagógica que contempla as faixas etárias das crianças e dos estudantes, seus interesses e vivências culturais infantis, juvenis e étnicas, bem como os objetivos do currículo escolar.

- **O cuidado educacional é vivenciado de modo coletivo:** o papel de acompanhamento individualizado é alternado entre professora de referência e profissional de apoio escolar junto ao educando com deficiência e seus colegas. A intencionalidade pedagógica desse gesto é que a interdependência possa ser compreendida como um valor humano, do qual todos podem necessitar em algum momento, estimulando o pertencimento ao grupo escolar e cultural. Além disso, a participação do estudante em atividades coletivas é incentivada, favorecendo vínculos com colegas, promovendo cooperação e valorizando os interesses pessoais como estratégias de socialização. Como exemplos, retome a leitura dos relatos de experiência de Yvan (estudante em classe multisseriada na Escola Indígena) e Carlos (estudante da EJA).

Em síntese:

A compreensão das possibilidades e dos limites de atuação do profissional de apoio escolar é fundamental para a efetivação de práticas inclusivas coerentes com os fundamentos legais e normativos vigentes e com os princípios conceituais da ética do cuidado.

De acordo com os principais aspectos que delimitam sua atuação, contribuindo para uma prática mais segura, ética e alinhada aos princípios da educação inclusiva, com base no Artigo 15 do Decreto nº 12.686/2025, o profissional atua:

- Na locomoção, acesso e participação nos espaços.
- Na higiene e alimentação, com respeito à privacidade.
- Na interação social e comunicação (mediando relações).
- No suporte ao uso de TA proposta pelo Atendimento Educacional Especializado.

NÃO fazem parte das suas atribuições:

- Planejar ou elaborar recursos de TA.
- Planejar, elaborar ou aplicar atividades pedagógicas e avaliações.
- Atuar como tradutor/intérprete de Libras ou guia-intérprete.
- Realizar técnicas e procedimentos privativos de profissões regulamentadas da saúde (exemplos: enfermagem, procedimentos terapêuticos).

5.2 As contribuições da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) à atuação do profissional de apoio escolar

Entre as diversas atribuições do profissional de apoio escolar, destaca-se sua atuação como interlocutor de crianças e estudantes com necessidades complexas de comunicação, utilizando a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) como recurso fundamental para favorecer a expressão, a interação e a participação desses sujeitos nos diferentes contextos educacionais.

Sua atuação, quando qualificada e desenvolvida em colaboração com os professores regentes e com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), favorece o uso consistente da CAA, potencializando o desenvolvimento acadêmico e social e assegurando o direito à comunicação como elemento central da inclusão escolar.

A comunicação constitui um elemento fundamental no contexto escolar, pois é por meio dela que as crianças e os estudantes aprendem, estabelecem vínculos e desenvolvem sua autonomia. Ela permeia todas as relações que se estabelecem na escola, nos institutos federais e na universidade, envolvendo educandos, professores, profissionais de apoio escolar e demais integrantes da comunidade educativa.

Contudo, alguns educandos apresentam necessidades complexas de comunicação, o que exige a consideração de diferentes formas de expressão, compreensão e interação para além da fala oral. Nessas circunstâncias, emergem barreiras comunicacionais que dificultam sua participação plena nos processos educativos e sociais.

Em contextos escolares nos quais a comunicação oral é tomada como forma central e prioritária de interação, em detrimento de outros modos possíveis de expressão e compreensão, tais barreiras tendem a se intensificar. Nesses casos, a centralidade atribuída à fala oral pode limitar o reconhecimento das formas próprias de expressão dessas crianças e estudantes, dificultar o acesso às informações e restringir a interação com colegas e professores.

Essas barreiras comunicacionais, produzidas no próprio contexto escolar, afetam de maneira mais significativa crianças e estudantes com deficiência que manifestam necessidades complexas de comunicação, ampliando sua vulnerabilidade nos âmbitos social, emocional e acadêmico. Diante desse cenário, torna-se imprescindível a adoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de modos de comunicação, bem como o uso sistemático de recursos e estratégias de CAA nas instituições de ensino. A propósito, desde novembro de 2025, a utilização de sistemas de Comunicação Aumentativa e Alternativa de baixa tecnologia está prevista como política pública nos espaços públicos (Leia "Para saber mais", ao final desta seção).

No contexto escolar, a avaliação pedagógica acerca das possibilidades de utilização de recursos e estratégias de CAA pela criança e pelo estudante com de-

ficiência deve ser desenvolvida de forma colaborativa, envolvendo a participação do profissional de apoio escolar, durante o Estudo de Caso, como etapa mantida de modo continuado para elaboração e atualização do Plano de Atendimento Educacional Especializado.

A CAA é uma área interdisciplinar que reúne profissionais da educação e da saúde, entre outros, cujos conhecimentos complementares contribuem para o desenvolvimento e a participação da criança e do estudante. No contexto escolar, quando há professor do AEE, a implementação da CAA – que envolve avaliação, seleção de recursos, elaboração de estratégias e orientação ao professor regente e ao profissional de apoio escolar – é de sua responsabilidade, cabendo-lhe articular-se com os demais profissionais da educação e da saúde que acompanham o educando. Quando não há professor do AEE na escola, o professor regente e os demais agentes da equipe pedagógica, em conjunto com o profissional de apoio escolar, necessitam implementar os recursos e estratégias de CAA, com apoio de professores de AEE de outras unidades.

Assim, em atividades relacionadas à higiene, à alimentação e aos cuidados pessoais, por exemplo, o profissional de apoio escolar, orientado pelo professor do AEE ou pela equipe pedagógica, poderá utilizar recursos e estratégias de CAA para nomear e explicitar os processos que estão sendo realizados, comunicando ao educando o que será feito, por que será feito e como ocorrerá. Essa prática contribui para o respeito à privacidade, ao tempo, à intimidade e à dignidade do educando, além de favorecer sua compreensão sobre a intencionalidade das ações, possibilitando que expresse concordância, desconforto, recusa ou outras formas de posicionamento. Ao tornar os procedimentos comunicáveis, reduzem-se os riscos de situações de violência, abuso ou desrespeito, fortalecendo o cuidado como prática ética, pedagógica e relacional.

É importante lembrar que todas as pessoas têm direito de se comunicar nos espaços escolares e em todos os âmbitos das suas vidas. Esse direito assegura respeito, dignidade e participação ativa. No documento *Declaração de Direitos de Comunicação* (NJC, 2024, p. 1), são descritas garantias que incluem, por exemplo:

- escolher uma forma de comunicação que faça sentido para si e respeite sua cultura e linguagem;
- ser tratado com respeito, sendo sempre abordado diretamente, sem que alguém fale por ele como se não estivesse presente;
- receber uma resposta para toda forma de comunicação, mesmo quando o pedido não puder ser atendido;
- participar das atividades como parceiro de comunicação;
- interagir socialmente e criar amizades;
- entender informações sobre o que acontece ao seu redor;

- expressar sentimentos, opiniões e escolhas;
- ter acesso a recursos e apoios de comunicação ao longo da vida.

O desenvolvimento da comunicação de educandos com necessidades complexas depende de diferentes aspectos, como o conhecimento de suas singularidades ou modos próprios de expressão, a identificação das características do ambiente escolar e a disponibilidade de recursos de comunicação, entre outros. Entretanto, um dos fatores mais relevantes diz respeito à forma como as pessoas ao redor interagem com esses educandos. A comunicação vai além da transmissão de informações: envolve sentimentos, relações e expressões pessoais. Por isso, mais do que oferecer recursos e materiais, é essencial contar com professores, colegas e profissionais de apoio escolar preparados, atentos e sensíveis para valorizar cada tentativa de comunicação e ampliar sua participação no contexto escolar.

Desafios e estratégias na interação comunicativa: barreiras enfrentadas pelos educandos

No âmbito da interação comunicativa, os principais desafios vivenciados pelas crianças e pelos estudantes que são público da Educação Especial dizem respeito à garantia de acesso à CAA e à presença de parceiros comunicativos que favoreçam sua expressão, interação e participação nos diferentes contextos educacionais. Eles precisam de interlocutores qualificados, pois costumam formular mensagens em um tempo próprio, equivocadamente interpretado como "mais lento". Isso se dá especialmente quando utilizam sistemas com símbolos gráficos (como cartões ou pranchas com pictogramas) ou táteis (como objetos, miniaturas ou elementos em relevo). O tempo próprio do educando na formulação de mensagens, quando não compreendido como manifestação de sua singularidade, como pessoa com necessidade complexa de comunicação, pode dificultar a comunicação, reduzindo tanto a frequência quanto a profundidade das interações.

O parceiro de comunicação deve manter a atenção e não desistir de esperar que a criança e o estudante se expressem. Muitas vezes, as crianças e os estudantes se frustram com a atitude do interlocutor e deixam de tentar se comunicar, o que pode levar ao isolamento social. Essas crianças ou estudantes geralmente iniciam poucas interações e respondem principalmente quando questionados. Além disso, os interlocutores costumam fazer, essencialmente, perguntas fechadas (com respostas apenas "sim" ou "não"), o que exige muitas tentativas de esclarecimento e, às vezes, faz com que ambos – educando e parceiro – desistam da comunicação.

Algumas atitudes dos parceiros de comunicação podem limitar ainda mais a participação da criança e do estudante:

- **Funções limitadas:** muitas vezes os parceiros focam apenas em pedidos ou ordens, restringindo a participação ativa da criança ou do estudante.
- **Assimetria na interação:** quando o educando não consegue falar de forma articulada ou funcional, o parceiro assume o controle da conversa, iniciando e guiando a interação comunicativa. É comum ver professores, profissionais de apoio escolar e colegas antecipando respostas, completando frases ou decidindo sobre os assuntos da conversa, o que compromete a autonomia da criança e do estudante.
- **Baixa expectativa:** parte dos parceiros comunicativos acham que, por não se expressar oralmente, o educando não pensa, não consegue criar mensagens originais ou elaborar enunciados mais complexos, subestimando suas capacidades.

Por isso, é fundamental compreender a dinâmica das conversas mediadas por CAA, considerando que, apesar da diversidade de perfis e necessidades dos educandos, algumas características comunicativas tendem a ser comuns. Entre elas, destacam-se: a necessidade de um tempo próprio para a formulação de enunciados e o papel ampliado do interlocutor, que não apenas comunica suas próprias mensagens, mas também apoia a comunicação da criança e do estudante sem interferir em sua autoria e autonomia. Por último, é preciso compreender que todos os seres humanos se comunicam e que a comunicação é multimodal. Isso significa que, para nos expressarmos, utilizamos diferentes formas, como imagens, vocalizações, gestos, sinais, pictogramas, olhares e escrita. Portanto, os educandos com necessidades complexas de comunicação se comunicam utilizando todas essas formas!

Estratégias práticas de apoio comunicativo

Algumas estratégias podem favorecer o desenvolvimento comunicativo das crianças e dos estudantes que usam ou precisam usar CAA, ampliando sua participação no contexto escolar. A seguir, alguns exemplos adaptados de Nunes (2003):

A primeira estratégia é incentivar a criança ou o estudante a se comunicar durante as atividades escolares. Esses educandos necessitam de estímulo à expressão comunicativa – seja verbal, gestual ou por meio de símbolos pictográficos ou táteis – durante atividades escolares, como rodinhas, contação de histórias ou trabalhos em grupo. Geralmente, esse estímulo é dado no início do diálogo para convidar a criança e o estudante a participar.

- **Exemplo:** "Ah! Agora é sua vez de me contar o que fez no final de semana. Estou animada e curiosa para saber..."
- Outra estratégia é solicitar que a criança ou o estudante descreva algum objeto, evento ou atividade, mesmo que isso não provoque necessaria-

mente uma resposta imediata.

- **Exemplo:** "Nossa! Eu gosto tanto dessa história! Quando eu era criança, minha mãe sempre me contava. Eu adoro a parte em que o lobo entra pela chaminé. Qual é a sua parte preferida?"

Às vezes, o que o educando ou interlocutor quer expressar pode não existir no sistema de comunicação (exemplo: prancha de comunicação com pictogramas e fotografias). Nesse caso, pode-se incentivar a combinação de dois ou mais símbolos para expressar algo que na linguagem oral seria representado por um único vocábulo.

- **Exemplos:** TRISTE-FELIZ → saudade; SOL-LUA → dia.

O interlocutor também pode apresentar modelos de sentenças construídas no sistema de comunicação, indicando uma forma mais completa de expressar a mensagem do educando.

- **Exemplo:** O educando aponta apenas para o símbolo pictográfico de BOLA. O profissional de apoio escolar fala e aponta: EU-BRINCAR-BOLA.

Os comentários sobre a resposta ou ação da criança ou do estudante podem ser uma ótima oportunidade para expandir o uso da CAA. Quando a resposta não está correta, o interlocutor pode oferecer a oportunidade de reformulação.

- **Exemplo:** "Tem certeza? Foi realmente lá que aconteceu? Procure na categoria lugares, onde você encontrará o local certo."

Reconhecer as respostas da criança e do estudante também é importante!

- **Exemplo:** "Olha para mim. Que legal que você me pediu para sair da sala de aula usando o cartão. Parabéns!"

Em caso de dúvida, o interlocutor deve perguntar à criança ou ao estudante para confirmar se compreendeu a mensagem.

- **Exemplo:** Diante da mensagem do educando "TRISTE – ESCOLA – MÃE – MÉDICO", o interlocutor pergunta: "Você está tentando me dizer que não veio à aula porque foi ao médico com sua mãe?"

Além disso, professores e profissionais de apoio escolar devem evitar conversas "vazias", nas quais os assuntos não têm relevância ou cuja resposta já é conhecida.

- **Exemplo:** Perguntar sobre o final de semana quando a mãe já relatou a resposta na frente do educando.

Outra estratégia é registrar por escrito o que o educando está apontando, para não esquecer o que ele disse. Esse recurso também beneficia a criança e o estudante, pois permite que acompanhem como o profissional está compreendendo sua fala. O registro, seja por meio da escrita ou até mesmo colando pictogramas em uma folha, caderno ou agenda, pode constituir uma experiência de letramento, especialmente para educandos que ainda não estão alfabetizados. Além disso, pode ser uma forma de envolver a família no processo, já que professores, profissionais de apoio escolar e educandos podem transformá-lo em um caderno

de comunicação entre a escola e a casa.

Por fim, falar diretamente com a criança e o estudante, olhar nos seus olhos, ter paciência e aguardar seu tempo de resposta é fundamental, pois mostra que o profissional de apoio escolar está valorizando o que determinado educando tem a dizer.

Ao implementarem essas estratégias, professores e profissionais de apoio escolar proporcionam apoio personalizado e promovem acessibilidade comunicacional, atendendo às necessidades individuais desses educandos.



PARA SABER MAIS

Leia (ou releia) as referências a seguir e aprofunde seu conhecimento sobre CAA com enfoque educacional, bem como sobre a incorporação das necessidades complexas de comunicação às políticas de acessibilidade com foco na eliminação das barreiras comunicacionais: Caderno 5: **Educação inclusiva e Tecnologia Assistiva**. MEC/UFC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneei/CADERMECEDUInclusivaVol5.pdf>



SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar**: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 6. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025**. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação. Brasília, 2025c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15249.htm

6. Desafios e horizontes na atuação do profissional de apoio escolar

Algumas premissas essenciais a serem consideradas no horizonte de atuação de profissionais de apoio escolar incluem a necessidade de que se compreenda este profissional como membro da equipe educativa e que tem um papel fundamental para reduzir as barreiras que comprometem a acessibilidade dos educandos à educação escolar no âmbito das atividades de cuidados educativos, interação social e comunicação.

Como agente de inclusão, o profissional de apoio escolar, ao desenvolver uma postura de atuação anticapacitista e que se pautar pela ética do cuidado, pode contribuir significativamente para a inclusão, o engajamento coletivo e colaborativo entre todos os integrantes da comunidade educativa.

Temos, entretanto, na construção do “inérito viável” (Freire, 2015) que representa a educação para todos, alguns desafios a enfrentar com relação aos relatos de experiências escolares em que a atuação do profissional de apoio escolar torna-se uma “barreira” à escolarização das crianças e dos estudantes com deficiência. Analisemos juntos o relato de experiência a seguir:

Relato de experiência: a fala de uma mãe

— Na chegada à escola, nos momentos de deixar minha filha de oito anos que tem o acompanhamento do profissional de apoio escolar, em muitos momentos tinha alguém para me informar que esse profissional não iria comparecer ao trabalho. Dessa forma, seria melhor que ela não viesse à escola, pois talvez ela não teria a atenção necessária. Diante dessa comunicação, a insegurança já me impregnava, eu não tinha coragem de deixá-la, tendo como única saída levá-la para o meu trabalho. Em mim, perpetuava-se o “velho” questionamento: a estudante com deficiência é responsabilidade da escola ou do profissional de apoio escolar?

Em alguns contextos, o relato “a fala de uma mãe” se repete da seguinte forma: a presença da criança ou do estudante com deficiência na escola fica condicionada à contratação do profissional de apoio escolar, que nem sempre ocorre em sintonia com o início do ano letivo ou, ainda, fica condicionada à presença de algum membro da família até que a contratação seja efetivada.

Nesse contexto, torna-se fundamental afirmar, de forma inequívoca, que a ausência do profissional de apoio escolar não pode ser utilizada como justificativa para impedir ou restringir o direito fundamental à educação. A inclusão escolar configura-se como uma responsabilidade coletiva da instituição e do sistema educacional como um todo, não podendo ser condicionada à presença de um único profissional.

Importa salientar que, ao retomarmos esses relatos de experiências e abordarmos os desafios, estamos considerando-os como horizontes que poderão nos mobilizar à ação, e não como obstáculos que limitem e paralitem a nossa atuação. Elencamos, a seguir, alguns desses desafios que dizem respeito a todos os envolvidos com a educação escolar e comprometidos com a educação inclusiva:

- Um dos aspectos que consideramos essenciais que seja observado é o de que as ações de natureza clínica ou terapêutica são importantes para o desenvolvimento de funcionalidades específicas, mas devem ocorrer nas unidades de saúde disponibilizadas nas comunidades do entorno das escolas. Nesse sentido, cabe aos profissionais da educação fortalecer a luta pelo direito de todas as crianças e estudantes aos serviços de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional, entre outros, o mais próximo possível de sua residência, entendendo não ser adequado o desenvolvimento de serviços dessa natureza em espaços de escolarização. Em síntese: "Instituição de ensino não é clínica!"
- É importante que se mantenha atenção aos riscos envolvidos na excessiva medicalização dos comportamentos e formas singulares de expressão da vida, entendendo que todas as vidas humanas, em suas características específicas, têm direito ao acesso à educação em conjunto com todos os demais seres humanos.
- A construção de uma sociedade em que todos sejam mobilizados para agir no combate ao capacitismo é um dos desafios em que os estabelecimentos de ensino podem e devem assumir protagonismo.
- É fundamental fortalecer as lutas pela valorização dos profissionais da educação, incluindo os de apoio escolar, ampliando as discussões sobre melhores estruturas de formação e planos de carreira. Isso exige investimento na constituição de quadros efetivos de servidores da educação, considerando aspectos como a gestão do tempo para a formação em serviço, de modo a possibilitar encontros entre os profissionais para Estudo de Caso, planejamento, avaliação e construção de estratégias educativas colaborativas.
- Difusão das estratégias e práticas na perspectiva do desenho universal, de forma a tornar os espaços escolares mais acessíveis, reduzindo barreiras que comprometem a permanência na educação escolar.

- Conceber a acessibilidade, para além de seu caráter instrumental, como uma construção cotidiana, dialógica, ética e relacional que é compromisso de todos os agentes escolares.
- Ampliar as estratégias de escuta e partilha da voz dos educandos e professores com deficiência que, com suas vivências e experiências, tanto podem nos auxiliar a reformular nossas práticas e compreensões.
- Assegurar a oferta de medidas de apoio a todos os educandos que delas necessitem, destacando-se a necessidade de serem consideradas realidades peculiares como as vividas nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), escolas do campo, indígenas, quilombolas e demais espaços em que educandos com deficiências, sujeitos de direito, como todos os demais, encontram-se matriculados.
- A formação continuada dos profissionais de apoio escolar, entendida como capacitação e desenvolvimento profissional alinhado à realização de cursos de aperfeiçoamento (ou outros) e à formação em serviço (enquanto dinâmica formativa instituída no cotidiano escolar), é compromisso substancial dos sistemas de ensino (órgãos e instituições escolares) a ser desenvolvido mediante regime de colaboração entre os distintos entes.

Torna-se importante considerar que:

A formação em serviço dos profissionais da educação, em especial do profissional de apoio escolar, constitui-se como elemento central para a efetivação do direito à educação e da justiça curricular. Ela deve envolver ações de formação continuada organizadas no âmbito da educação formal, em parceria com os órgãos e instituições públicas, bem como práticas mobilizadas a partir do Projeto Político-Pedagógico de cada instituição, articulando toda a comunidade escolar como um sistema aprendente.

Nesse sentido, a formação em serviço, desenvolvida no interior de cada instituição de ensino, deve partir das necessidades identificadas no cotidiano escolar, considerando os perfis das crianças e dos estudantes efetivamente matriculados, os saberes e as experiências de seus diferentes profissionais e de sua comunidade escolar. Os cotidianos escolares constituem espaços de interações complexas, atravessados por dimensões sociais, culturais e econômicas, e produzem saberes experienciais fundamentais para a elaboração de práticas pedagógicas alinhadas à justiça curricular.

Deste modo, nos cotidianos escolares, a condição da deficiência pode ser compreendida em uma perspectiva interseccional a partir da sobreposição de marcadores sociais (raça, gênero, classe social, faixa etária, deficiência etc.).

Portanto, tudo o que acontece nos cotidianos escolares é matéria viva para a formação em serviço e compõe saberes experienciais para a elaboração contínua de novas práticas.

Assim, importa construir uma rotina de trabalho que considere tempos e espaços formativos com a participação dos professores regentes de turma, dos profissionais de apoio escolar, do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), das crianças e dos estudantes.

A dimensão formativa da escola, como espaço democrático e de produção de saberes destinados ao bem comum, é privilegiada quando se constrói um ambiente no qual todos os sujeitos escolares aprendem a aprender em grupo e convivem com a diferença, entendendo suas potencialidades.

Entre os arranjos formativos que podem ser adotados, destacam-se:

- reuniões voltadas ao Estudo de Caso, envolvendo professores, profissionais de apoio escolar, profissionais especialistas de diferentes áreas, o próprio educando ou seus responsáveis;
- rodas de conversa com diferentes configurações, reunindo professores, crianças e estudantes com e sem deficiência;
- encontros intersetoriais, com profissionais das áreas da saúde, da assistência social, do sistema de justiça, bem como familiares e educandos;
- reuniões pedagógicas de planejamento, organização e avaliação das práticas e medidas de apoio adotadas.
- estudos dirigidos sobre temáticas específicas, conforme as demandas do contexto escolar.

Destacamos o papel das rodas de conversa como espaços formativos essenciais para a interação de toda a equipe de profissionais que atuam na escola e que, com seus diferentes pontos de vivência e de relação com as crianças, os estudantes e com a comunidade envolvente, podem trazer elementos inovadores ao cotidiano.

A formação como compromisso coletivo

A formação em serviço deve assegurar a participação ativa do profissional de apoio escolar nos processos de planejamento, avaliação e tomada de decisões, reconhecendo que não há hierarquia de valor entre as ações dos diferentes profissionais. É a atuação colaborativa que possibilita a construção de currículos justos e inclusivos, fortalecendo as instituições de ensino como espaços democráticos de construção de conhecimentos.

A sistematização, o registro e a partilha das práticas e desafios cotidianos entre os profissionais atuantes nos contextos escolares contribuem para a redução das barreiras e para a consolidação da justiça curricular, reafirmando o compro-

misso da educação escolar com o direito de todos ao ensino e à aprendizagem. Também fortalece a defesa da escola, dos institutos federais e da universidade como espaços formativos nos quais as novas gerações poderão ser partícipes na construção e na ampliação de possibilidades e perspectivas de bem viver que incluam a todos.

Por que formar(-se) em serviço?

- Porque a diversidade de crianças, adolescentes, adultos e idosos que hoje acessam a escola, os institutos federais e a universidade exigem a reorganização dos currículos, dos tempos e dos espaços escolares sob a perspectiva da justiça curricular;
- Porque as condições reais do cotidiano escolar demandam processos formativos situados, contínuos e articulados às necessidades concretas dos sujeitos.

Para que formar(-se) em serviço?

- Para promover práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade das crianças, dos estudantes e dos profissionais da educação;
- Para fortalecer uma cultura de atuação colaborativa, voltada à remoção de barreiras ao acesso, à participação e à aprendizagem;
- Para assegurar o direito à educação como direito ao ensino e à aprendizagem significativa e socialmente relevante, em consonância com os princípios da justiça curricular.

Quais os saberes e temas prioritários para formar(-se) em serviço?

A formação em serviço do profissional de apoio escolar deve contemplar, de forma integrada:

- saberes da Educação Especial, relacionados às medidas de apoio, recursos e estratégias de acessibilidade à comunicação, participação e interação social das pessoas com deficiência;
- saberes pedagógicos e didáticos orientados pela justiça curricular e pela ética implícita à ação educativa;
- a compreensão da relação indissociável entre cuidar e educar, envolvendo o debate e o planejamento intencional das ações pedagógicas;
- a valorização dos saberes experienciais, envolvendo temas que partem da realidade do contexto escolar e dos problemas identificados no cotidiano;
- o fortalecimento do diálogo com as famílias e a corresponsabilização coletiva;
- a articulação da instituição de ensino com outros setores e políticas públicas.



Descrição da imagem: Ilustração em aquarela, em uma moldura circular. Os tons de lilás, amarelo, verde e azul se entrelaçam em transparências delicadas. Cinco pessoas estão sentadas a uma mesa redonda amarela. À esquerda, uma mulher de pele preta e cabelos presos veste blusa verde e segura uma prancha de Comunicação Aumentativa e Alternativa com diversos símbolos gráficos organizados em quadriculas. Ela aponta para a prancha e conduz a interação. Ao redor da mesa e voltadas para a professora, quatro crianças com diferentes tons de pele e cortes de cabelo. São dois meninos e duas meninas, todos sentados em cadeiras azuis. Ao fundo, tons de rosa e lilás se misturam.

7. O que vimos até aqui?

Este caderno trouxe discussões sobre o papel do profissional de apoio escolar como uma medida de apoio à educação inclusiva, cuja atuação é de natureza educativa e colaborativa e articula-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), aos professores do ensino comum e aos demais profissionais da escola.

O texto analisou a construção da identidade do profissional de apoio escolar, resgatando um conjunto de diretrizes políticas nacionais que sistematizam a defesa da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil, à luz da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Um dos eixos centrais do caderno foi a discussão sobre a ética do cuidado. O material argumentou que cuidar e educar são dimensões inseparáveis do trabalho pedagógico e que o cuidado não pode ser reduzido a práticas assistencialistas ou de mero cunho operacional. A partir dessa perspectiva, o cuidado assume caráter ético, político e pedagógico e está voltado à promoção da dignidade, ao exercício da autonomia como experiência de interdependência própria da condição humana, à participação e ao reconhecimento da agência dos educandos. Além disso, defendendo uma ação anticapacitista por parte do profissional de apoio escolar, o caderno reforçou que as atividades relacionadas à alimentação, higiene, locomoção, comunicação e interação social constituem experiências educativas e precisam ser planejadas com intencionalidade pedagógica.

O caderno também delimitou as atribuições do profissional de apoio escolar, esclarecendo que ele não substitui o professor, diferenciando atividades escolares e atividades docentes. A atuação do profissional de apoio escolar está relacionada ao suporte aos cuidados educativos, à acessibilidade comunicacional, à interação social e ao uso de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) e Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), em articulação com a equipe pedagógica e o AEE.

O texto destacou que a definição da necessidade do profissional de apoio escolar como medida de apoio deve ocorrer por meio de avaliação pedagógica que fundamenta o Estudo de Caso da criança ou do estudante. Nesse processo, o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) configura-se como um instrumento pedagógico de registro, planejamento, acompanhamento e avaliação contínua das medidas de apoio.

Os relatos de experiências apresentados ao longo do caderno aproximaram os fundamentos teóricos das práticas escolares cotidianas. Tais relatos, ambientados na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Escolar Indígena e Educação Superior, demonstraram a atuação relacional e situada do profissional de apoio escolar, em conformidade com as necessidades das crianças e dos estudantes, as especificidades curriculares e os contextos socioculturais.

Além disso, o material enfatizou o potencial da CAA na ampliação das possibilidades de comunicação, aprendizagem e interação social das crianças e dos estudantes com deficiência, destacando o papel do profissional de apoio escolar como mediador nesses processos.

De modo geral, o profissional de apoio escolar é apresentado como integrante de uma rede colaborativa de cuidados educativos comprometida com a construção de ambientes educacionais inclusivos, fundamentada na acessibilidade, no desenho universal, na justiça curricular e na superação de práticas capacitistas.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2009/rceb004_09.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 250, p. 2, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015** (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15069.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.249, de 3 de novembro de 2025**. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Acessibilidade), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4 nov. 2025c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15249.htm Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013**. Orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Documento Orientador da **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9891/1/Portaria%20Ministerial%20n%c2%ba%20555.pdf>. Acesso em: 04 abril 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Gabinete. **Nota Técnica nº 19/2010/MEC/SEESP/GAB, de 8 de setembro de 2010**. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 fev. 2026.

DINIZ, Débora. **Modelo social da deficiência**: a crítica feminista. Série Anis, Brasília, n. 28, p. 1-10, jul. 2003. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15250>. Acesso em: 3 jun. 2026.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

NATIONAL JOINT COMMITTEE FOR THE COMMUNICATION NEEDS OF PERSONS WITH SEVERE DISABILITIES. **NJC Communication Bill of Rights**. 3. ed. 2024. Disponível em: <https://www.asha.org/njc/communication-bill-of-rights/>. Acesso em: 6 set. 2025.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula. (org.). **Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais**. São Paulo: Dunya, 2003. 316p.

O Caderno 13 - **Educação Inclusiva e Profissional de Apoio Escolar** aborda a atuação desse profissional caracterizando-o como uma das medidas de apoio para a inclusão escolar, com base nas diretrizes políticas nacionais que orientam a política pública de Educação Especial na perspectiva inclusiva. A identidade do profissional de apoio escolar é destacada como sendo de natureza educativa e colaborativa. À luz do modelo social da deficiência, suas atividades são ancoradas nos princípios da acessibilidade e do desenho universal e são tratadas em articulação com os professores do Atendimento Educacional Especializado e do ensino comum, bem como com os demais profissionais da educação. A ética do cuidado, a interdependência humana e o antipacitismo são abordados como fundamentos éticos e pedagógicos da atuação desse profissional. Além disso, em referência à transversalidade da modalidade da Educação Especial e com o objetivo de oportunizar aos leitores deste caderno uma reflexão contextual sobre a atuação do profissional de apoio escolar, são analisados relatos de experiências envolvendo as distintas etapas, modalidades e níveis de ensino que compõem a organização da educação nacional.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

